



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**ARIANE CRISTINE DOS SANTOS REIS**

“TODO DIA EU SÓ PENSO EM PODER PARAR”:  
trabalho do cuidado e o feminino na sociedade patriarcal

**2025**

ARIANE CRISTINE DOS SANTOS REIS

“TODO DIA EU SÓ PENSO EM PODER PARAR”:  
trabalho do cuidado e o feminino na sociedade patriarcal

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: prof. Dra. Larissa Costa Murad

Coorientadora: prof. Dra. Suellen Ferreira Guariento

Seropédica, RJ  
Junho de 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R375? Reis, Ariane Cristine dos Santos, 2000-  
"TODO DIA EU SÓ PENSO EM PODER PARAR": trabalho do  
cuidado e o feminino na sociedade patriarcal / Ariane  
Cristine dos Santos Reis. - Seropédica, 2025.  
62 f.

Orientadora: Larissa Costa Murad.  
Coorientadora: Suellen Ferreira Guariento.  
Trabalho de conclusão de curso (Graduação). --  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,  
Bacharelado em Serviço Social, 2025.

1. Trabalho do cuidado. 2. Dissociação-valor. 3.  
Interseccionalidade. 4. Adoecimento feminino. 5.  
Serviço Social. I. Murad, Larissa Costa, 1985-,  
orient. II. Guariento, Suellen Ferreira, 1985-,  
coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Bacharelado em Serviço Social. IV. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE  
JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE HOTELARIA E SERVIÇO  
SOCIAL



ATA Nº 2582 / 2025 - DHSS (12.28.01.00.00.00.10)

Nº do Protocolo: 23083.032467/2025-16

Seropédica-RJ, 24 de junho de 2025.

### ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No dia 24 do mês de junho do ano de 2025, às 13 horas, na sala de reuniões do ICSA, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ? UFRRJ, foi instalada a Sessão Pública de Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso da Aluna **Ariane Cristine dos Santos Reis**, matrícula **20200056012** que apresentou o trabalho intitulado:

#### **?"TODO DIA EU SÓ PENSO EM PODER PARAR": trabalho do cuidado e o feminino na sociedade patriarcal**

A Banca Examinadora foi composta pela Profa. Dra. Larissa Costa Murad (orientadora - presidente), pela Profa. Dra. Suellen Ferreira Guariento (coorientadora), pela Prof. Dra. Carmen Oliveira Frade, e pela Prof. Dra. Marisol Valencia Orrego (examinadora 2).

Abrindo a sessão, a presidente da comissão, após dar a conhecer aos presentes os procedimentos para a condução dos trabalhos, passou a palavra à aluna, que fez a apresentação do seu Trabalho de Conclusão de Curso. Seguiu-se a arguição pelas examinadoras, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Sendo a candidata considerada Aprovada.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Banca. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente Ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. OBS.: o título foi modificado, porém sem alteração do sentido. Onde lê-se ?Todo dia ela faz tudo sempre igual?, leia-se: ?Todo dia eu só penso em poder parar?.

*(Assinado digitalmente em 24/06/2025 17:24)*

**CARMEN OLIVEIRA FRADE**

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DHSS (12.28.01.00.00.00.10)  
Matricula: 00006701

*(Assinado digitalmente em 24/06/2025 21:09)*

**LARISSA COSTA MURAD**

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DHSS (12.28.01.00.00.00.10)  
Matricula: 00004503

*(Assinado digitalmente em 26/06/2025 07:54)*

**MARISOL VALENCIA ORREGO**

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DHSS (12.28.01.00.00.00.10)  
Matricula: 00043704

*(Assinado digitalmente em 27/06/2025 12:22)*

**SUELLEN FERREIRA GUARIENTO**

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DHSS (12.28.01.00.00.00.10)  
Matricula: 00050308

*(Assinado digitalmente em 26/06/2025 17:58)*

**ARIANE CRISTINE DOS SANTOS REIS**

DISCENTE  
Matricula: 20200000002

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **2582**, ano: **2025**, tipo: **ATA**, data de emissão: **24/06/2025** e o código de verificação: **7c7de118bb**

*Dedico este trabalho à minha mãe e à minha avó, por me ensinarem sobre firmeza e amor.*

## AGRADECIMENTOS

Se sentir amada está diretamente ligado a se sentir segura, e é assim que me senti graças ao amor depositado em mim por todos citados aqui. Só posso hoje me tornar assistente social porque antes sou filha, neta, irmã e amiga, porque tenho estes ao meu lado segurando minha mão, me empurrando para frente e fazendo com que eu sinta que tudo é possível em minha vida porque sou querida e tenho para onde voltar.

Agradeço à minha mãe, Lilian, por todo amor incondicional, pelas orações que me protegem ao longo dos caminhos que eu decido trilhar, por me educar desde pequena para que eu me tornasse uma mulher independente, forte e que me bastasse, por ter me ensinado a ter segurança, a não abaixar a cabeça para o mundo e sobre a importância de conquistar o que eu quero pra mim sem sucumbir, por ter despertado em mim o interesse pelos estudos, por ter incentivado minha criatividade e deixado que eu me tornasse eu, por ter estimulado que eu me tornasse cada vez mais questionadora e crítica do mundo e do óbvio, por ter me dado a liberdade de escolher meus caminhos, por ter me dado a possibilidade de cursar uma universidade federal graças ao seu trabalho exaustivo, por apoiar meus sonhos e desejos e segurar minha mão para que eles se tornem reais. Acima de tudo, por ser minha maior inspiração e referência de ser humano honesto e justo, de mulher firme e de uma boa mãe, por ser quem eu almejo estar perto de ser, por me dar base para ser quem sou, e por ter me dado uma vida feliz.

Agradeço à minha avó, Nilda, pelo amor e cuidado e infinitos, por ter partilhado a vida comigo, por sermos intrínsecas uma à outra, por ter feito minhas tardes felizes, por ter me mimado na infância, por me mostrar o amor incondicional e infinito, por me ensinar sobre dedicação, por ter feito que eu me tornasse uma mulher direta, que tem a resposta na ponta da língua e minhas tolerâncias bem determinadas, por ter feito com que eu desenvolvesse responsabilidade e maturidade desde nova, pelas lembranças que me moldam, por ser tão única, genuína e engraçada, por ter escolhido ser minha avó e só por isso sou quem sou, por me fazer entender o sentido da vida e permitir que eu cuide de você. Absolutamente tudo só foi possível por causa de vocês.

Agradeço ao Snoopy e à Lilo por me fazerem companhia durante dias e noites de leitura e escrita, por me darem amor, carinho e olhares que me alegram, a existência de vocês enche meu coração de amor e felicidade o tempo todo.

Agradeço ao meu irmão e ao meu cunhado, Diego e Fagner, pelo apoio e pelo incentivo, pelos presentes e pelos carinhos, pela inspiração de coragem e pelas expressões de autenticidade, pelas risadas e pelos bons momentos em família.

Agradeço ao meu pai, Mário, pelas orações cuidadosas, pelo carinho, pelo amparo que possibilita que eu siga meu caminho com mais tranquilidade, e pelas palavras de incentivo e orgulho.

Agradeço à Taís, Julye Anne e Gabrielle, minhas Winx, que formaram comigo nosso clube pautado no amor e no apoio, que sobreviveu à graduação, sem ser penoso ou pesado, mas sim leve e carinhoso. À Taís por ser minha parceira e companheira dentro e fora da universidade, por toda essa força que me inspira, por ter escolhido estar ao meu lado genuinamente, por querer meu bem e fazer com que ele se concretizasse, pelos nossos momentos que jamais vão se apagar. À Julye por sempre destinar a mim seu olhar carinhoso, por ser tão genuína, por entender minhas emoções, por me acolher com seus abraços amorosos, por conseguir me enxergar por dentro, por nunca me julgar, por ser a representação da sensibilidade. À Gabrielle por me enaltecer, por segurar minha mão sempre que necessário, por ser fonte de fortaleza e doçura, pelos sorrisos que me alegravam, por fazer a escolha de estar comigo, por me ensinar o que é ser firme. Agradeço a vocês por amarem minha personalidade e por meu lugar no grupo, por acolherem minha vulnerabilidade, por me darem colo, por dividirem esse sonho comigo e fazerem o meu se concretizar de maneira linda e irretocável, agradeço aos céus pelos nossos caminhos terem se encontrado e por firmarmos o compromisso de chegarmos até aqui juntas e orgulhosas umas das outras, dividindo nosso choro de felicidade. Por, como diz o Zeca, me ensinarem a gostar de quem gosta de mim, porque “quando o vento parou e a água baixou”, eu tive a certeza do amor de vocês.

Agradeço à Silvia pelas andanças pela rural dividindo pensamentos, por todo carinho e disposição ao me ouvir, por toda sua delicadeza e sutileza, pelo humor e pela personalidade única, por ser minha parceira de 712L, te ter por perto como um lugar de carinho, acolhimento e segurança fez com que o tempo passasse mais devagar, e por causa de você eu pude apreciar com calma os momentos da graduação porque o caos se silenciava.

Agradeço à Milena pela sua generosidade imensa e por ser tão carinhosa, ter sua mão estendida para mim desde o primeiro minuto em que nos conhecemos fez toda diferença, você tornou os dias de estágio mais alegres e confortáveis com suas risadas e me fez mais feliz em um período turbulento.

Agradeço ao Gabriel por ter sido a primeira pessoa a pisar comigo na rural, por toda admiração, apoio e incentivo que destinou à mim desde sempre, por ter me feito mais forte em todas as incontáveis vezes que me ouviu, por sempre saber o que dizer e por ter tantas palavras certas, por me entender sem que eu precise me explicar, por me dar uma amizade infinita e sólida, por me ajudar a me entender, por elevar meu potencial e acreditar em mim quando tenho

dúvidas, por acompanhar de perto esse sonho se realizar com olhos tão cheios de admiração, carinho e amor, obrigada por toda segurança.

Agradeço à Amanda, Alessandro, Lucas e Marineide por todo carinho, cuidado e incentivo, o suporte a mim e minha família foi um dos responsáveis para que a graduação fosse possível.

Agradeço à minha psicóloga, Letícia, por ter uma abordagem tão carinhosa, por ter me ajudado a despertar em mim a segurança necessária para esse processo composto por dores e amores, sou grata à rural por mais esse encontro.

Agradeço à minha supervisora de estágio, Amanda, por todo comprometimento com a profissão e por todo carinho com que me conduziu durante o estágio.

Agradeço à minha orientadora, Larissa, por ter feito com que meu processo de escrita ficasse mais leve, pelo respeito, carinho e generosidade, e por ter permitido que eu tivesse autonomia em meu próprio trabalho e, por isso, me enxergasse nele, proporcionando um encerramento bonito para esse ciclo tão importante da minha vida.

Agradeço à minha coorientadora, Suellen, pelo carinho e atenção, por suas aulas inspiradoras e por ter feito parte de um trabalho tão significativo para mim tendo tanta sensibilidade.

Agradeço às professoras que compõem nosso curso enquanto parte primordial para que ele exista e permaneça de pé, agradeço pelos ensinamentos, pelo conhecimento passado a nós, pelo carinho e por toda inspiração que nos dão.

Sou grata por ter sido estudante da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, um lugar tão bonito quanto forte, extremamente plural em sua diversidade ambiental e humana, como deve ser uma universidade pública. Sou grata por ter feito parte do curso de Serviço Social, onde meus horizontes se ampliaram e eu me encontrei, fazendo com que eu me constituísse de forma muito mais crítica enquanto indivíduo no mundo, estudar Serviço Social despertou em mim igualmente amor e revolta, combustíveis necessários que transformaram minha perspectiva sobre todas as coisas. Sou feliz e orgulhosa por ter feito parte dessa história e por essa ser a minha história, por ter estado onde sonhei e por ter consciência da realização, por ter vivido a universidade e por ter feito memórias que me compõem. Que todo conhecimento adquirido através da universidade pública retorne para a sociedade de maneira frutífera e emancipatória para todos nós que a compomos.

“Todo dia ela faz tudo sempre igual”  
(Chico Buarque, Cotidiano)

## RESUMO

O presente trabalho analisa o trabalho do cuidado, exercido majoritariamente por mulheres, enquanto um pilar de sustentação e reprodução do sistema capitalista, com o objetivo de apontar como e por que é forjada a ideia mitificada de que o cuidado é uma tarefa instintiva feminina. A construção histórica do país, de princípios escravagistas e patriarcais moldou a maneira como se deu o trabalho doméstico ao longo do tempo, e ainda hoje influencia diretamente na subalternização deste trabalho, levando em consideração os fatores interseccionais. Visa também indicar o processo pelo qual o homem é elevado a figura central das relações sociais, sendo ele quem representa tanto a normalidade quanto o valor, enquanto a mulher é considerada o “outro”; não obstante este outro ser central na realização de trabalho fundamental para a produção do valor, de acordo com a teoria da dissociação-valor de Roswitha Scholz. O tempo e o espaço são medidas de dominação do capital que impactam de maneira particular as mulheres, sendo a figura da mulher secundarizada para dar lugar ao cuidado, o que leva à sua domesticação e conseqüentemente à limitação de seu potencial de desenvolvimento pessoal, profissional e político. Nesse sentido, o valor moral e social da mulher passa a ser medido pelo quanto ela abdica de si em prol do cuidado com a família, desencadeando casos de adoecimento físico e psíquico.

**Palavras-chave:** trabalho do cuidado; dissociação-valor; interseccionalidade; adoecimento feminino.

## ABSTRACT

This paper analyzes care work, performed mostly by women, as a pillar of support and reproduction of the capitalist system, with the aim of pointing out how and why the mythical idea that care is an instinctive female task is forged. The historical construction of the country, based on slavery and patriarchal principles, shaped the way in which domestic work was carried out over time, and even today directly influences the subordination of this work, taking into account intersectional factors. It also aims to indicate the process by which men are elevated to the central figure of social relations, being the one who represents both normality and value, while women are considered the “other”; despite this other being central to the performance of work that is fundamental to the production of value, according to Roswitha Scholz's theory of value dissociation. Time and space are measures of capital domination that have a particular impact on women, with the figure of women being relegated to the background to provide care, which leads to their domestication and consequently to the limitation of their potential for personal, professional and political development. In this sense, the moral and social value of women is measured by how much they give up of themselves in favor of caring for their families, triggering cases of physical and mental illness.

**Keywords:** care work; value-dissociation; intersectionality; female illness.

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – O TRABALHO DO CUIDADO .....	17
1.1 A assimetria de gênero como base de sustentação do capitalismo.....	17
CAPÍTULO 2 – TEORIA DA DISSOCIAÇÃO-VALOR: A MULHER COMO “O OUTRO” .....	30
2.1 A realidade da dissociação-valor .....	33
2.1.1 O tempo e o cuidado .....	33
2.1.2 Trabalho do cuidado e direitos humanos .....	35
2.1.3 O real retratado nas notícias.....	37
CAPÍTULO 3 – A DOMINAÇÃO DA MULHER PELO CONTROLE DO TEMPO E OS IMPACTOS DO TRABALHO DO CUIDADO .....	42
3.1 O tempo como instrumento cerceador da mulher.....	42
3.2 Os impactos da assimetria de gênero em termos de saúde .....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	56
REFERÊNCIAS .....	60

## INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema do trabalho do cuidado surgiu da observação da realidade, ainda na minha adolescência, no subúrbio do Rio de Janeiro, onde ao olhar ao meu redor, me deparei com um padrão de gênero no qual todas as mulheres próximas tinham suas vidas regidas pelo trabalho doméstico não remunerado. Logo depois, esse olhar se ampliou intencionalmente a fim de encontrar esse mesmo padrão em mulheres de contextos diversos, observando principalmente como se dava a realidade das mulheres que me cuidaram por toda vida, minha avó, ex empregada doméstica, que desempenhou o trabalho do cuidado durante toda sua vida, e minha mãe, mãe solo, pertencente a classe trabalhadora, submetida diariamente a uma carga horária exaustiva de trabalho e que destinava seus horários “livres” aos domingos e finais de semana para o cuidado com a casa. Notando ainda como o trabalho doméstico se apresentava na minha própria vida, sendo constante a inquietude por conta do quanto ele tomava de mim, especialmente no momento em que o dever do cuidado se fez ainda mais presente e urgente, quando todos os esforços se voltaram para o cuidado da minha avó e a vida teve que ser reconfigurada em função de sua recuperação, se fazendo sentir as abdições e os limites estendidos diariamente que foram necessários para conciliar o cuidado com as demais ocupações, em especial a graduação.

Os horizontes se ampliaram quando tive contato com o assunto sob a perspectiva acadêmica, momento em que entendi, ainda no terceiro período do curso, que o trabalho feminino não remunerado também era um assunto a ser tratado na universidade, como um objeto de estudo, sendo este um espaço em que era possível levar os debates que aconteciam até então apenas em casa, sempre encorajados por minha mãe. Unindo, desta forma, a inquietude pessoal, a educação pautada no incentivo à autonomia e a visão crítica potencializada pelo Serviço Social.

Desde então, a percepção do quanto o trabalho doméstico pautava as conversas de mulheres ao meu redor, junto com o pensamento crítico estimulado pelo Serviço Social, fizeram com que fosse elaborada cada vez mais a compreensão do quanto o trabalho doméstico está presente e é basilar não só em nossas vidas, mas também para o funcionamento da estrutura do capitalismo no sentido da acumulação de valor. Tendo como foco tanto sua essencialidade para a satisfação das necessidades humanas quanto o tempo de vida destinado a ele – até mesmo ao pensar sobre o desempenho das estudantes em sala de aula, entendendo o quanto custava estar ali carregando a preocupação com o cuidado, tendo o tempo e a energia divididos.

Este trabalho está organizado em 3 capítulos. O capítulo 1 tem como objetivo apontar como o trabalho não remunerado de mulheres é o que sustenta o sistema capitalista, uma vez que produz a renovação energética, física e geracional da mão de obra trabalhadora, utilizando essencialmente Silvia Federici para embasar o tema. Falando sobre como é falaciosa a ideia de que o trabalho do cuidado é um atributo natural e intrínseco a mulher, uma vez que este pensamento é forjado a partir de uma construção histórica de raízes racistas, patriarcais e escravocratas, que se utiliza da família nuclear patriarcal como uma instituição social fundamental para construir um caminho de ideias e comportamentos normativos que levam a crença de que existem tarefas masculinas e femininas que partem de um instinto natural dos indivíduos. Elaborando ainda sobre a forma pela qual se constrói a ideia de um trabalho “invisível” e que parte do princípio daquilo que é determinado como o normal, para que assim não seja preciso que o trabalho de mulheres seja reconhecido e valorizado social e economicamente, o que faz com que o mecanismo do sistema permaneça girando de forma benéfica para o capital e continue sendo perpetuada a hierarquia que determina tais funções como subalternas e que geram certa aversão social a quem as desempenha.

Então, para apontar como se efetiva essa distinção sexual naturalizada socialmente, no capítulo 2 será utilizada a teoria da dissociação-valor de Roswitha Scholz; de acordo com a autora, o valor só está de pé por conta da existência de seu dissociado, ou seja, o outro do valor (composto pela mulher, pelo trabalho do cuidado, e por todos realizados no âmbito doméstico) é necessário à produção do valor, não obstante sua dissociação histórica dele. Isto é, sendo o homem a representação do valor, tido como a figura relacionada ao poder e as relações públicas, tendo como obrigações um bom desenvolvimento profissional e o prover financeiro da família, a mulher é relacionada a tudo aquilo que sobra dessas relações, sendo ela a representação do dissociado, o “outro” do valor, a figura que carrega valor moral ínfimo sendo cada vez mais relegada à vida privada, já que está destinada a lidar com o cuidado do outro, dado que isso é posto como sua função principal.

No segundo capítulo será tratado ainda sobre a dupla socialização, conceito que diz sobre a socialização das mulheres ter sido feita em cima da necessidade da conciliação do trabalho reprodutivo com o trabalho assalariado, assunto que será abordado juntamente com o uso de notícias que relatam a vivência feminina em relação ao trabalho do cuidado, considerando como mulheres inseridas em diferentes contextos são afetadas por este trabalho em diferentes prismas, mas sempre com um caráter cerceador sobre sua capacidade de desenvolvimento e de sua identidade.

No terceiro e último capítulo, será falado sobre a importância da interseccionalidade enquanto uma categoria de análise imprescindível para que o tema seja compreendido em

consonância com a amplitude necessária. Ainda que o trabalho do cuidado atinja a todas as mulheres por ser um assunto pertencente ao debate de gênero, é fato que ele se apresenta de maneira distinta de acordo com os atravessamentos de raça e classe que recaem sobre cada mulher. Por isso, este capítulo tem o intuito de falar sobre como é fundamental traçar o paralelo entre como se apresentava o trabalho do cuidado no período da escravidão e como ele se apresenta de maneira similar ainda hoje, evidenciando como as raízes escravocratas da colonização do país continuam vivas e atuantes no tempo presente.

Além disso, será explicado como o sistema capitalista opera através do trabalho reprodutivo para que o domínio sobre as mulheres seja efetivado pela delimitação de seu tempo e espaço, visto que quanto mais sobrecarregada com o cuidado mais a mulher fica limitada à vida doméstica, o que leva à redução do seu potencial de desenvolvimento pessoal, profissional e político, e ao abandono de sonhos, planos e desejos. Por fim, será abordado como a falta de tempo e de liberdade de escolha dentro de sua própria vida são elementos característicos do funcionamento do trabalho do cuidado, e impactam diretamente a qualidade de vida da mulher, levando ao adoecimento físico e, sobretudo, psíquico, promovendo danos a sua subjetividade, visto que o viés opressor do trabalho do cuidado pode relegar a mulher a um lugar de subalternidade e secundariedade.

## **CAPÍTULO 1 – O TRABALHO DO CUIDADO**

Neste capítulo será abordado sobre como o trabalho do cuidado desempenhado majoritariamente por mulheres é primordial para que o modo de produção capitalista se sustente, utilizando o trabalho não remunerado das mulheres feito em suas casas como base para que o sistema se mantenha. Tendo o objetivo de pontuar aqui as maneiras como se constrói socialmente o entendimento de que este é um trabalho naturalmente feminino, desconsiderando seu contexto histórico, que é fundamental para que se entenda que este é um trabalho derivado da opressão de gênero e raça. Junto a isso, será abordado também como a configuração patriarcal da vida em sociedade se faz basilar para o funcionamento deste sistema econômico, sendo estes dois processos de dominação diretamente interligados que utilizam primordialmente da família nuclear patriarcal, enquanto uma instituição de forte influência sobre os indivíduos, como um instrumento essencial de perpetuação da assimetria de gênero e da divisão sexual de tarefas, condições que compõem a reprodução social.

Para isso, serão revisadas autoras significativas no debate do tema como, em especial, Silvia Federici, por conta da relevância da autora no tema do trabalho doméstico não remunerado, juntamente com Cristina Carrasco Bengoa, autora que trata sobre a economia do cuidado, e por isso nos apresenta uma definição precisa de reprodução social, Heleieth Saffiotti, socióloga e referência no debate de gênero e violência, tratando dos aspectos que permeiam esse tema, e Angela Davis, autora central ao falarmos sobre interseccionalidade, devido ao prestígio de suas obras.

### **1.1 A assimetria de gênero como base de sustentação do capitalismo**

Desde a infância meninas são ensinadas sobre a importância do cuidado com a casa e como é um dever natural delas manter o lar em ordem, aprendendo enquanto crescem que essa é sua função no mundo e que seu valor como pessoa é medido pelo quanto você se dedica ao cuidado com a casa, a família, e aqueles que estão ao redor. Essa responsabilidade que recai sobre elas desde muito cedo as acompanha por toda vida, tomando proporções cada vez maiores e ocupando cada vez mais espaço enquanto vão se tornando mulheres, gerando impactos e consequências sentidas por elas de maneira aparentemente individual. Entretanto, quando consideramos o todo, podemos perceber que os efeitos são comumente notados em todas aquelas que são consumidas por essa função, afinal são levadas socialmente a ocupar um lugar de submissão, sobrecarga, abdicção de seus desejos e por vezes até de sua individualidade. A

continuidade desses padrões está atrelada à reprodução social e, claro, traz benefícios diretos ao modo de produção capitalista, uma vez que é uma estrutura fundamental para seu funcionamento.

Bengoa (2018, p. 45) aponta que a definição de reprodução social se dá por “um complexo processo de tarefas, trabalhos e energias cujo objetivo seria a reprodução biológica e a da força de trabalho”, por isso, engloba as “práticas sociais e os trabalhos de cuidados, a socialização e a satisfação das necessidades humanas”. Sendo assim, é um conceito que relaciona diretamente “o econômico e o social, não separa produção e reprodução”. Dessa forma, de acordo com Passos (2016, p. 282) “é na reprodução social que localizamos o trabalho do cuidado, compreendendo-o enquanto resultado do desenvolvimento das necessidades do ser social que são consequências do processo de sociabilidade”, por essa razão, podemos nos referir a este trabalho como trabalho reprodutivo, trabalho do cuidado ou trabalho doméstico não remunerado.

Ao pensarmos no que compõe o trabalho do cuidado, compreendemos que nele cabe a responsabilidade pela alimentação, pela limpeza da casa, pela lavagem das roupas, todo o cuidado com as crianças, com os idosos e com as pessoas com deficiência, e todas as particularidades que envolvem essas e outras demais tarefas, ou seja, tudo aquilo que compõe a manutenção diária das necessidades primárias humanas daquele núcleo familiar ou grupo social. Tendo isto em vista, entendemos que este é fundamental à vida, não algo optativo ou que pode deixar de ser feito sem causar prejuízos ao desenvolvimento humano, sendo assim, necessita que alguém seja responsável por ele, num aspecto individual e coletivo, de tal forma:

Os cuidados falam sobre a nossa vulnerabilidade. Nascemos e vivemos em corpos e mentes frágeis e vulneráveis que exigem cuidados ao longo de todo o ciclo vital: cuidados do corpo, na saúde, afetivos, amorosos, psicológicos. Cuidados absolutamente necessários, que sustentam cotidianamente os corpos. Não se trata, portanto, de que alguém queira ou não fazê-los, nem de que se goste ou não; é simplesmente uma condição humana e é preciso realizá-las. Negar os cuidados é negar a própria vida. Neste sentido, o cuidado tem uma dupla dimensão: por um lado, é um direito individual, por outro, é uma responsabilidade coletiva. Se a sociedade nos permite viver através do cuidado, todos e todas deveríamos participar do cuidado dos e das demais. O cuidado não é um assunto de mulheres (Bengoa, 2018, p. 47).

Descrever o trabalho realizado no âmbito doméstico é falar sobre inúmeras micro e macro tarefas rodeadas por diversas minúcias que consomem não só tempo, como também energia física e mental, junto ao fato de que precisam ser repetidas todos os dias e, às vezes, por mais de uma vez no dia. Entender tudo que compõe o trabalho do cuidado faz com que se compreenda também que “a relevância do cuidado como base da vida e do sistema econômico permite situar este trabalho no centro da reprodução social e as mulheres como sustentadoras

de toda a estrutura social e econômica” (Bengoa, 2018, p. 48). No entanto, por serem feminilizadas e dadas como instintivas, essas tarefas e seus pormenores são social e economicamente invisibilizadas, por uma série de fatores, o mais evidente deles é a determinação das tarefas domésticas como uma atribuição feminina, o que parte de um olhar baseado na ideia da divisão sexual de tarefas, onde há a crença de que existem tarefas naturalmente masculinas e femininas.

Danièle Kergoat, no Dicionário Crítico do Feminismo (2009, p. 67), define a divisão sexual do trabalho como “a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva”, ficando eles responsáveis pelas “funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)”. Importante destacar que na definição a autora reforça que o conceito é formado por “dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher)”. Portanto, trabalho reprodutivo é compreendido apenas como uma obrigação natural feminina – não uma sobrecarga imposta –, unindo-se à ideia de que o amor da mulher pela sua família é medido pelo quanto ela se dedica ao lar, ao marido, aos filhos e aos mais velhos. E, partindo dessa concepção enraizada no entendimento social, é criado um processo de invisibilização, onde a importância do trabalho do cuidado é minimizada ou apagada, visto que são

[...] necessidades que habitualmente passam despercebidas porque, pelo menos na parte do planeta que habitamos, estão encobertas, mas, sobretudo, porque estão naturalizadas. São resolvidas no interior dos lares como se fosse algo natural; mas não é. Aí atua a “mão invisível” (e o sexo invisível) para que tudo esteja sempre em seu devido lugar (Bengoa, 2018, p. 47).

Ou seja, a invisibilização do trabalho doméstico acontece por conta da ideia construída e disseminada de que as tarefas de casa são intrínsecas à natureza feminina. Logo, o esforço despendido, o tempo tomado e a abdicação de demais ocupações para que as tarefas domésticas sejam realizadas são aspectos não reconhecidos e, sobretudo, não contabilizados enquanto trabalho. Em virtude da crença de uma essência natural feminina essas atividades são vistas como algo natural a serem feitas por mulheres e não que estes comportamentos são aprendidos ao longo da vida como uma função proveniente do processo de reprodução social derivado da assimetria de gênero. Entretanto, ao tratar o trabalho doméstico como ínfimo se ignora o fato de que é ele que mantém as pessoas aptas para seguirem continuamente sua vida laboral e, atrelado a isso, também toda a produção que só é possibilitada por conta de sua existência, uma

vez que a energia vital necessária para que os indivíduos renovem sua força de trabalho é oriunda do trabalho do cuidado, como dito:

[...] vemos que, embora ela não resulte em salário, nosso esforço gera o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho. O trabalho doméstico, na verdade, é muito mais que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças - futura mão de obra -, ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas (Federici, 2021, p. 28).

Silvia Federici (2021, p. 24) diz sobre como estabeleceu-se politicamente o salário como a linha divisória entre o trabalho e o não trabalho, sendo esta uma medida de reconhecimento. Dessa forma, o trabalho reprodutivo, ainda que essencial à vida e ao funcionamento do mercado de trabalho, é visto como irrisório, já que não é assalariado. Assim percebemos que a validação de um trabalho ocorre especialmente quando o salário está atribuído a ele, isso porque “um salário não é apenas um valor em dinheiro, mas a expressão primária da relação de forças entre o capital e a classe trabalhadora” (Federici, 2021, p. 27). Sendo assim, mulheres declaradas donas de casa são classificadas como não pertencentes à classe trabalhadora, vistas como inferiores ou sem valor em comparação tanto aos homens quanto àquelas mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho, dado que “pressupõe-se que as ‘subdesenvolvidas’ - isto é, aquelas de nós que não recebem salário e trabalham em um nível de desenvolvimento tecnológico inferior - são atrasadas em relação à ‘verdadeira classe trabalhadora’” (Federici, 2021, p. 25).

Entretanto, para além da não legitimação através da ausência do salário, é fundamental considerar a formação histórica, política, econômica e social brasileira para que se compreenda em seu cerne o motivo de tarefas domésticas estarem atreladas a uma posição relegada, servil e submissa. Colonizado e escravocrata, num passado não muito distante, este modo operante do país era o que determinava que a obrigação pelo trabalho braçal se devia às pessoas escravizadas, e além disso, junto com todas as formas de opressão e violência sofridas, o trabalho doméstico também era desempenhado por mulheres escravizadas. Por isso,

É importante ressaltar o papel fundamental que as mulheres negras exerceram durante a escravidão, elas foram centrais para a organização familiar branca e para a economia, não menos importante foi o papel ocupado por estas mulheres para o povo negro. [...] É incontornável, portanto, que a mulher negra foi o alicerce que estruturou o mundo doméstico branco e o mundo privado negro (Silva, 2013 *apud* Vicente; Lole; Almeida, 2024, p. 190).

Contudo, é importante sempre frisar que tais marcações históricas não se encerraram no passado, como um acontecimento datado, mas estão presentes ainda nos dias de hoje, visto que formaram toda a estrutura na qual o país se sustentou e se sustenta até hoje. Isso porque, “a escravidão e o racismo são parte constitutivas do próprio capitalismo [...] E por isso, este passado não pode ser compreendido desassociado do presente, e vice-versa” (Saraiva, 2022, p.62). Então entendemos que falar sobre o modelo escravocrata da constituição social não pode ser apenas uma pontuação, como algo à parte tanto deste tema quanto do modo de funcionamento capitalista, já que são diretamente ligados um ao outro e este é o ponto de partida para que se entenda a construção do significado social das tarefas domésticas e, portanto, um fator central que permeia os desdobramentos do assunto.

Dito isso, considerando o processo de escravização vivenciado no país, sabemos que ao tratar do trabalho do cuidado, este não é – tampouco foi pregressamente – vivenciado de forma igual por todas as mulheres, dado que mulheres negras passaram por fatores determinantes em sua história que nunca foram aplicados a mulheres brancas. Por saber que, “no caso do emprego doméstico, o mecanismo de dominação de raça se combinou com o de gênero. Ambos caracterizam os fundamentos da distribuição da população em estruturas de poder” (Vicente; Lole; Almeida, 2024, p. 201), é preciso que o tema seja tratado de acordo com seu caráter interseccional, para que assim seja abrangido em sua totalidade, na medida em que os diversos atravessamentos de raça e classe diferem as mulheres, contemplando contextos díspares de opressões e explorações. Afinal, como dito por Davis (2016 *apud* Murad, 2024) “a raça é a forma como se vive a classe e o gênero é a forma como se vive a raça”, portanto tais categorias moldam a maneira como as relações sociais se dão.

Como elucida Saffioti (2015, p. 122), “o nó, formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão”. Então, ao analisar como foram estruturadas as relações sociais e os conflitos de poder, opressão e exploração ao decorrer da história do país, percebemos como se deu a construção da subjetividade no que envolve o trabalho doméstico, assim como a atribuição de uma posição hierarquicamente inferior àquelas que estão neste posto, uma vez que funções como limpar, lavar e arrumar estão relacionadas a um status de desprestígio.

Avançar na compreensão de como raça e classe operam nessa distribuição, de separação e hierarquização como princípios que se intersectam e também com a divisão sociosexual e racial do trabalho, constitui um imperativo para uma apreensão mais fidedigna da organização social do cuidado, sobretudo quanto às desigualdades em que ela se assenta e quanto à sua complexidade (Vicente; Lole; Almeida, 2024, p. 202).

Ainda observando a complexidade dos diversos contextos das mulheres em nossa sociedade, a transferência do cuidado é algo possível, prevalentemente, para mulheres em posições mais abastadas, porém a questão é que sua ausência nessa função passa a ser substituída por outra mulher, e nesse processo “ocorre uma delegação das atividades domésticas e de cuidados para as mulheres que compõem o outro polo da bipolarização” (Passos, 2016, p. 289). E como a estrutura desigual na qual se constituíram as relações sociais se manifesta sistematicamente ainda hoje, podemos ver seu reflexo no número de mulheres negras trabalhadoras domésticas assalariadas ou não.

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2023 informam que “92% das pessoas que trabalham em ambiente doméstico são mulheres, desse universo, mais de 65% são mulheres negras, boa parte trabalhando na informalidade”<sup>1</sup>. E ao tratar da mercantilização do trabalho do cuidado, Passos (2016, p. 295) pontua que “o mercado vem utilizando as atividades de caráter doméstico em novos postos de mercados de cuidado [...] mas no Brasil são as mulheres negras das camadas mais pobres e sem formação que fazem esse trabalho”, ressaltando o cenário desigual do país e evidenciando que historicamente mulheres negras são as que mais ocupam o posto de servidão. Sueli Carneiro diz que,

[...] Nós, mulheres negras, [...] fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhozinhos e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação (Carneiro, 2020, p. 2 *apud* Vicente; Lole; Almeida, 2024, p. 201).

Entendendo que o cuidado pode ser dividido em três categorias, sendo “o ‘cuidado como profissão’ o ‘cuidado como obrigação’ e o ‘cuidado como ajuda’” (Guimarães, 2019 *apud* Guimarães; Vieira, 2020, p. 9), mesmo nos casos onde a transferência do cuidado não se dá através da remuneração à outra mulher, ainda assim é entregue à outra mulher a responsabilidade pelo cuidado quando a principal cuidadora se ausenta. Avós, irmãs, tias, sogras e até vizinhas são comumente solicitadas a suprir a função do cuidado quando mães necessitam se afastar momentaneamente, “apoiando-se no suporte ocasional de outras mulheres da família [...], que as ajudam também como uma “obrigação” decorrente do vínculo familiar” (Guimarães; Vieira, 2020, p. 10). Por estarem no âmbito familiar, envoltas pelo apelo

<sup>1</sup>Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202404/perfil-de-trabalhadoras-domesticas-expo-e-vulnerabilidade-social-da-categoria-a-violacoes-de-direitos-humanos> Acesso em: 13 de outubro de 2024.

sentimental embutido em tais relações, “a essas não se dá o caráter de ‘um trabalho’, mas o de cumprimento de uma ‘obrigação’” (Guimarães; Vieira, 2020, p. 10), sendo visto e tratado dessa maneira tanto pela mulher que solicita, quanto pela mulher que está desempenhando o trabalho do cuidado enquanto substituta.

Ao somar a não necessidade de um salário por ser uma função social e economicamente classificada como alheia ao capital, mais a construção subjetiva em que se associa diretamente a submissão a quem ocupa esse lugar, o resultado é que se disfarça ainda mais a exploração embutida naquilo que é determinado como o destino natural feminino e deixa ainda mais oculta a centralidade desse trabalho na sustentação do processo de produção capitalista. Tendo isso em vista, conseguimos concluir que a minimização da relevância do trabalho doméstico realizado por mulheres acontece não apenas no entendimento social como exposto até aqui, mas também ao se pensar o processo de produção de mais-valia. A ausência da abordagem do trabalho doméstico nas obras de Marx é apontada ao longo das produções de autoras que desenvolvem o tema analisando a teoria da reprodução social conjuntamente à teoria marxista, como Federici e Bengoa, por exemplo. Elas indicam essa lacuna nas obras no sentido de existir uma falta da abordagem do assunto por este trabalho não ser nomeado, definido, e, concomitantemente, não ter seu valor reconhecido dentro do processo de produção capitalista, posto que

[...] o trabalho doméstico e de cuidados tampouco estava incluído em seu conceito de mais-valia. Dessa maneira, esse trabalho – que está fora do espaço mercantil – ficará invisível não somente aos olhos da sociedade, não somente no imaginário social, mas desaparecerá no processo de acumulação. A força de trabalho reproduzida nos lares e entregue ao capital por um valor menor do que de fato vale oculta, assim, uma enorme quantidade de trabalho realizado pelas mulheres, que passa a formar parte da acumulação contínua do capital (Bengoa, 2018, p. 36).

O impacto disso é o impulsionamento da lógica patriarcal<sup>2</sup> que estabelece hierarquias nas distinções de gênero, onde há a dominação masculina sobre as mulheres e cabe a elas terem suas vidas controladas, inferiorizadas e secundarizadas, o que se ramifica por inúmeros campos, dado que “o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo” (Saffioti, 2015, p. 49). Perceber que não há neutralidade de gênero (Bengoa, 2018, p. 48) nos processos de produção do sistema capitalista é primordial para enxergar o funcionamento da assimetria de gênero nos demais padrões sociais reproduzidos e questionar as marcas consequentes disso, bem como a subordinação inerente a essa conjuntura. Ir contra a ilusão de

---

<sup>2</sup> “Definindo-se patriarcado como um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres. As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres” (Hartman, 1979 *apud* Saffioti, 2015, p. 111).

que só há trabalho onde há salário significa remodelar a posição ocupada por mulheres dentro do capital e, proporcionalmente, nas relações sociais, duas esferas diretamente ligadas, afinal as relações sociais são moldadas nas formas capitalistas, patriarcais e escravocratas. Ao passo em que restringir o trabalho doméstico a uma discussão somente para dentro de casa e desconsiderar seu papel econômico é uma ferramenta eficaz não somente para a limitação do assunto, mas sobretudo para a manutenção do sistema, uma vez que passa a ser algo individualizado e não de responsabilidade do sistema operante.

Isto posto, é fundamental compreender que o imaginário social legitima as relações de poder já instauradas e que a construção da subjetividade molda a auto percepção da mulher que ocupa esta posição, tal como a forma como ela é vista por outros, o que pode ser exemplificado com a crença de que o marido que chega do trabalho à noite está mais cansado que sua esposa que não trabalha fora, já que ele saiu para trabalhar enquanto ela permaneceu em casa – o que é profundamente contraditório ao observamos que mulheres que são trabalhadoras assalariadas continuam sendo incumbidas do trabalho de cuidado com a casa e os filhos.

Portanto, reconhecer e determinar o espaço que ocupamos significa politizar o cuidado e negar o destino que nos foi designado por sermos mulheres. E cabe trazer que, quando se questiona a ocultação do trabalho doméstico no processo de produção, que ocorre ao ignorar tanto sua legitimidade como também os ganhos provenientes deste trabalho, é numa tentativa de criar consciência sobre a importância de tal forma de trabalho para a sustentação do sistema, visto que, sem ele, desmorona. É dizer o não dito dentro de um modelo de produção que dispõe da alienação como ferramenta primordial, onde mesmo ao entendermos que somos nós que servimos de base para o funcionamento do capital, dado que somos nós que alimentamos o sistema com nossos corpos, nossa energia, nosso tempo e nosso trabalho não pago, ainda estaremos aprisionadas a ele, até porque a exploração se faz inerente a qualquer pessoa alcançada pelo sistema capitalista, apenas é aplicada em diferentes moldes para as diferentes classes. Com bem diz Federici,

Dizer que o trabalho que executamos em casa é produção capitalista não é expressar um desejo de ser legitimada como parte das 'forças produtivas'. Ser produtiva é só uma virtude moral, para não dizer um imperativo moral, sob a perspectiva capitalista. Na perspectiva da classe trabalhadora, ser produtiva significa apenas ser explorada. 'Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar', escreveu Marx. E, por isso, extraímos pouca 'autoestima' dessa condição. Mas, quando dizemos que o trabalho doméstico - que ainda é a forma básica de nossa identificação como mulheres - é um momento de produção capitalista, esclarecemos nossa função na divisão capitalista do trabalho, bem como as formas específicas que nossa luta deve assumir. Nossa força não vem do reconhecimento, por parte de alguém, de nosso lugar no ciclo de produção. Não é a produção que tem sido sempre o fator decisivo na distribuição social da riqueza, mas a força para detê-la. Quando dizemos que reproduzimos capital, dizemos que queremos destruí-lo, em vez de lutar uma batalha

perdida para sair de uma forma de exploração e entrar em outra (Federici, 2021, p. 31).

A família nuclear patriarcal enquanto instituição é fundamental para essa estrutura. Por ser uma instituição que designa papéis sociais a serem reproduzidos e perpetuados, esse modelo de família é, como põe Federici (2021, p. 32) “uma invenção do capital para o capital, uma instituição que deve garantir a quantidade e a qualidade da força de trabalho e seu controle”. Isso se deve a essa configuração de família ser uma instituição usada como instrumento de domínio, submissão e alimentação do mercado de trabalho, instruindo e disciplinando homens e mulheres em um espiral de dependência e reprodução, “em outras palavras, através do casamento, existe uma troca entre homens e mulheres. O trabalhador assalariado se torna o sustentador de sua esposa, que presta serviços a ele”<sup>3</sup>. Colocada como instituição sagrada e irretocável, camufla de amor tudo aquilo que introduz como condicionamento dos indivíduos, afinal é na família que se aprende qual função deve ser desempenhada por cada integrante daquele núcleo e é partindo deste princípio que se molda a identidade e a compreensão de realidade de cada um, por isso, o modelo de família nuclear patriarcal é extremamente funcional para o sistema capitalista. Isso é reforçado ainda mais em conjunto com a grande influência da igreja, que detém a posição de ser uma instituição que exerce poder significativo de condução sobre os núcleos familiares, difundindo a ideia de que a família ocupa um lugar cristalizado e intocável, afinal “importa menos o que se passa em seu seio do que sua preservação como instituição” (Saffioti, 2015, p. 93).

Portanto, compreende-se que essa conjuntura familiar é basilar para a reprodução da estrutura social patriarcal, “é nesse espaço que se torna possível reproduzir modos de vida social” (Passos, 2016, p. 286), pois é no espaço da casa que se direciona o comportamento dos indivíduos desde seu nascimento, reafirmando e perpetuando social e politicamente o lugar de cada componente da família, o que significa conservar as distinções de gênero entre os indivíduos. Isto é, o pai recebe o título de provedor, a mãe ocupa o cargo de cuidadora e os filhos são criados a partir da distinção de gênero entre eles, aprendendo a preencher o posto que lhes cabe. As meninas devem ser silenciosas e comportadas, além disso, há o pressuposto de que elas são naturalmente frágeis, ao passo em que meninos devem ser independentes e nunca devem demonstrar medo ou fraquezas, sendo obrigatório a eles ainda na infância performar virilidade, característica que ao longo de sua vida ocupa um patamar cada vez mais elevado.

---

<sup>3</sup> Cf.: Silvia Federici. Eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado. TV BOITEMPO. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bFSI4nEB6jI>. Acesso em: 08 de out. de 2024.

A fala de Saffioti (2015, p. 37) ressaltando que “elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores, os homens, ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelam força e coragem” ilustra como no processo de socialização dessas crianças são estabelecidas brincadeiras que, pela norma de gênero, devem ser praticadas pelos meninos e aquelas que são para as meninas. Os meninos são incentivados a praticarem esportes, fazerem atividades radicais e se divertirem com brincadeiras brutas e violentas, como a lutarem entre si ou usarem armas de brinquedo, já as meninas ganham bonecas e mini cozinhas para que ensaiem seu futuro como mães e esposas na típica brincadeira de casinha, elas também são habitualmente reforçadas de que precisam estar preocupadas com sua aparência, então suas roupas e cabelos devem estar impecáveis, por isso se divertem com maquiagens, esmaltes e demais produtos destinados à beleza, para que seja estimulada a afirmação falaciosa de que mulheres são vaidosas por natureza.

Unindo-se a isso, ao longo do processo de criação das crianças as meninas são orientadas a ajudarem suas mães nas tarefas domésticas, pois é isso que se presume que uma boa filha faça, enquanto essa exigência não é feita aos meninos, afinal acredita-se que não há problemas em criar futuros homens disfuncionais, dado que esse é um pensamento que sequer se tem em mente. Assim, “as mulheres são socializadas desde a mais tenra infância para o seu papel na reprodução social e esse processo de qualificação será mais tarde extremamente conveniente para o capital” (Aquino, Menezes, Marinho, 1995, p. 286). E esse contraste na instrução das crianças que ocorre não somente dentro de casa, mas também em outras instituições de referência como a escola e a igreja, durante o processo de socialização dos indivíduos nos seus primeiros anos de vida impactam diretamente o decorrer de suas vidas, pois “essas diferenças constroem a ideia de associação entre o corpo feminino e a ‘responsabilidade’ pelos afazeres domésticos e essa ‘domesticidade’ se origina em uma relação: o casamento” (Biroli, 2020 *apud* Silva; Costa, 2022, p. 183).

Logo, o laço familiar é o fator crucial para que mulheres se sintam fadadas ao dever de cuidar, pois seja ainda como filha, neta, irmã, ou quando passa a ser também esposa, mãe ou avó, a responsabilidade pelo cuidar segue acompanhando-a em qualquer posição que ela ocupe. E vale lembrar que essas posições não se excluem, pelo contrário, elas se acumulam, ou seja, a mulher não está liberada de suas atribuições de filha para que passe a ocupar o papel de esposa e mãe, tomando posse do posto que esperam dela de cuidadora dos pais, do marido e dos filhos, simultaneamente. Em oposição, os filhos, netos, irmãos, maridos e pais não carregam esse fardo por onde vão, afinal homens aprendem desde novos que precisam ser bem-sucedidos profissionalmente a fim de alcançarem uma posição de destaque, pois o que esperam deles é um status considerado de autoridade e poder. Além de ser socialmente concedida a eles a dádiva

de usufruírem do seu próprio tempo e liberdade, sendo socializados de maneira mais despreocupada com questões afeitas ao cuidado, afinal o olhar para o bem-estar coletivo é dado como uma incumbência historicamente feminina, o que eles são ensinados a se distanciar desde a infância. Assim, as esferas pessoal, profissional e financeira são as mais importantes para eles, enquanto as mulheres ficam cada vez mais restritas à esfera doméstica, enquanto lidam também com demais âmbitos da vida, assunto que será tratado no terceiro capítulo deste trabalho.

Então, a instituição familiar exerce seu caráter de domínio sobre os indivíduos nos disciplinando de maneira que, enquanto homens devem ser os principais provedores financeiros da casa, para que sua família tenha conforto e segurança, as mulheres são as que provam sua devoção aos familiares através das tarefas domésticas. Caso contrário ambas as partes estariam falhando com o que é posto como sua atribuição natural e como resultante desse modelo se apresenta o sentimento de culpa por não cumprirem suas responsabilidades, porque “este papel de provedor constitui o elemento de maior peso na definição da virilidade. Homens que experimentam o desemprego por muito tempo são tomados por um profundo sentimento de impotência, pois não há o que eles possam fazer”, como aponta Saffioti (2015, p. 37). E o aprisionamento pelo medo de não cumprirem devidamente seus papéis pré-determinados é justamente o combustível que move os indivíduos a continuarem desempenhando-os.

Isto posto, é possível compreender a partir daí todo o desprezo político e social construído no entorno de famílias que não seguem o modelo nuclear patriarcal, uma vez que fogem da estrutura arquitetada para ser a responsável por fazer com que o sistema continue se reproduzindo. Por isso, se faz necessária para a continuação do sistema a reprodução de concepções cada vez mais conservadoras no que envolve o entendimento do que é família, indo de encontro a ideias consideradas subversivas<sup>4</sup>. Dessa forma, todo e qualquer modelo disruptivo, ou seja, que vá contra o padronizado, é desestimulado e sofre o movimento de depreciação e apagamento, por representar uma ameaça ao sistema, já que quanto mais os indivíduos se adequam às normas sociais já estabelecidas, mais benesses são obtidas pelo capitalismo que, como já dito, não está desvinculado do patriarcado tampouco do racismo. Posto que formas diversas de famílias, uniões e núcleos implicam em novos valores sendo reproduzidos, o que conseqüentemente tem potencial para afetar toda a estrutura social e econômica já conhecida.

À luz desse entendimento, compreende-se toda a construção que se faz acerca da família colocando-a como uma entidade soberana e pura, mas também estabelecida como o propósito

---

<sup>4</sup> Oyèrónké Oyèwùmí (2004) é uma autora que traz a ideia da família sob uma perspectiva Iorubá, descrita por ela como não-generificada, indo além do arranjo euroamericano patriarcal e nuclear, que parte da diferenciação de gênero.

da vida da mulher, sendo o centro de sua atenção e dedicação, deixando em segundo plano seus objetivos pessoais e profissionais, quase como uma régua de avaliação moral. Em razão dessa idealização subentende-se que a mulher só atingirá sua realização quando constituir uma família, isto é, quando tiver um marido – o que pode ser entendido por ser escolhida por um homem – e filhos, e então, quando atinge essa projeção de completude, seu dever é amar e se dedicar a essa família acima de tudo, e a tradução desse amor se dá por meio dos serviços exaustivos e infinitos, retrato perfeito da frase mundialmente conhecida de Silvia Federici, onde ela diz que o que chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado. Dessa forma, vamos sendo conduzidas diariamente a tomar este caminho de abrir mão de nós mesmas em prol do ideal de família socialmente construído, o que acarreta uma sobrecarga crescente com efeitos adoecedores que distanciam a mulher de si mesma e de seus objetivos pessoais, assunto que será aprofundado no capítulo 3 deste trabalho.

Federici (2021, p. 102) diz que “reconhecer que é o trabalho doméstico que produz a mão de obra nos permite compreender as identidades de gênero como funções do trabalho e as relações de gênero como relações de produção”, e, como mulheres, sobretudo, nossa tarefa no sistema capitalista é gerar, ou seja, cumprir com nossa função primordial de produzir novos seres humanos, a fim de serem futuros participantes deste modelo de produção, para que assim seja feita continuamente a manutenção do sistema. Como questionado por Bhattacharya (2017, p. 14 *apud* Saraiva, 2022, p. 51), “se o trabalho do trabalhador produz toda a riqueza em nossa sociedade, quem então produz o trabalhador?”, por isso, o objetivo deste debate também é reforçar que o trabalho das mulheres em suas casas não é apenas de manutenção da energia para produção de força de trabalho, vide que “eles não precisaram produzir para criar uma infraestrutura que permitisse aos trabalhadores irem ao emprego diariamente. As mulheres têm sido a infraestrutura”<sup>5</sup>, mas primordialmente, para o sistema elas têm como umas de suas funções fundamentais a produção de pessoas.

Essa afirmação se baseia no fato de que a reprodução social pode ser dividida em três dimensões, sendo elas “a manutenção dos trabalhadores, produtores diretos; a manutenção dos não-trabalhadores da classe trabalhadora; o processo de substituição geracional” (Arruza; Bhattacharya, 2020 *apud* Saraiva, 2022, p. 53). Por isso, tomar o controle de sua capacidade reprodutiva, decidindo quando e se querem ter filhos, é capaz de gerar um impacto direto neste sistema, dado que a renovação da mão de obra, alcançada somente pela substituição geracional, é fundamental para a regeneração da produtividade e da energia necessárias para o processo de produção, dado que

---

<sup>5</sup> Cf.: Silvia Federici. Eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado. TV BOITEMPO. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bFSI4nEB6jI>. Acesso em: 08 de out. de 2024.

A disponibilidade de mão de obra bem disciplinada é condição essencial para a produção em todos os estágios do desenvolvimento capitalista. É por isso que, até hoje, tanto nos países “desenvolvidos” como nos “subdesenvolvidos”, o trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista. As condições do nosso trabalho variam de país para país. Em alguns, somos forçadas a intensificar a produção de crianças; em outros, nos dizem para não nos reproduzirmos, sobretudo se formos negras ou recebermos auxílio social do Estado, caso contrário, corremos o risco de reproduzir “desajustados” (Federici, 2021, p. 39).

Para isso, se imputa sobre a mulher a pressão social para se enquadrar na configuração patriarcal que o capital estipula como a ordem natural a ser seguida por todos, e como “pelo menos para as mulheres, a civilização ocidental é a civilização da culpa” (Saffioti, 2015, p. 68), quando decide não ter filhos, recai sobre ela uma cobrança social atrelada ao sentimento de inadequação. A culpa, a pressão social e a ideia da essência natural materna são ferramentas cruciais para conduzirem e implantarem na mulher o desejo mercantilizado de ser mãe, o que traz benefícios ao sistema. O que nos leva ao pensamento sobre o quanto o Estado se movimenta para controlar e intervir cada vez mais no direito reprodutivo das mulheres, afinal é desta forma que seus interesses são preservados,

Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. [...] Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social” (Saffioti, 2015. p. 57).

Então, ao compreendermos que as configurações patriarcais e escravistas são partes constitutivas substanciais do capitalismo enquanto sistema econômico, político e definidor das relações sociais, sendo estes conceitos inerentes, entendemos que “não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração” (Saffioti, 2015, p. 138). Por isso, dando continuidade a este entendimento de que capitalismo e patriarcado são dominações inseparáveis, uma vez que a perpetuação de uma depende da existência da outra, no próximo capítulo será abordada a teoria da dissociação-valor de Roswitha Scholz, por se fazer relevante para qualificar as questões apresentadas até aqui, relacionando-as com o desenvolvimento e as necessidades próprias da sociedade capitalista.

## CAPÍTULO 2 – TEORIA DA DISSOCIAÇÃO-VALOR: A MULHER COMO “O OUTRO”

No capítulo 1 abordamos sobre como as determinações de gênero pautam o desenvolvimento das pessoas desde crianças, definindo sua compreensão de si e do outro no mundo e como tal socialização feita a partir da distinção sexual molda a construção não apenas da subjetividade de cada indivíduo, mas, tão importante quanto, do entendimento coletivo. Assim, para aprofundar o entendimento dos aspectos que envolvem o trabalho do cuidado cabe trazer a teoria da dissociação-valor, de Roswitha Scholz, autora que aponta que a socialização pelo separatismo de gênero está diretamente ligada à compreensão do valor e da mercadoria como condutores das relações sociais. O que por consequência põe historicamente o trabalho do cuidado como algo relegado à inferioridade e ao não reconhecimento - mesmo sendo ele fundamental à produção e reprodução social.

Assegurando que o capitalismo e o patriarcado são interdependentes, Roswitha Scholz aponta em sua teoria que o capitalismo enquanto sistema é composto igualmente pelo valor e pelo sexo, sendo estas categorias que não se separam. A teoria da dissociação-valor parte do princípio de que “houve uma dissociação sexual numa relação dialética simultânea com a forma-valor” (Menegatti, 2017, p. 119), assim, para que o valor operasse como dominante, precisou existir aquilo que é dele dissociado. Então, dado que o valor se apresenta como aquilo que é produzido, para mantê-lo é necessário o que se opõe à produção, ou seja, aquilo compreendido como o que não traz valor, a reprodução. Por isso,

Para que a forma-valor se erigisse à posição dominante na socialização pela mercadoria algo precisou ser dissociado, cindido, deixado de lado, tomado como o “outro” desta forma. Pensemos em dois opostos: de um lado a forma-valor, representando a esfera da produção social, com todas suas categorias e abstrações próprias; de outro, o dissociado, isto é, tudo que não se coadunava com a importância da forma-valor, a esfera da reprodução, o cuidado com as crianças, idosos e doentes e as atribuições domésticas que, se não eram irrelevantes, foram relegados a uma posição de secundariedade (Menegatti, 2017, p. 119).

Para compreender a teoria da dissociação-valor é importante perceber que o valor e o dissociado não são derivados, isto é, o valor não é o que dá origem ao dissociado, bem como o dissociado também não é do que deriva o valor. Scholz diz que “cada um está contido no outro, sem ser idêntico a ele. Trata-se de ambos os momentos centrais essenciais da mesma relação social em si contraditória e fragmentária” (Scholz *apud* Menegatti, 2017, p. 121), isto significa que o valor encontra no seu “outro” o necessário para se manter e progredir, garantindo seu protagonismo justamente por ter algo que o sustente, sendo esta uma relação complexa.

Deste modo, o dissociado se coloca como o outro da forma-valor, a “não forma-valor”: o detalhe fundamental para o entendimento desta relação dialética é que a posição social de secundariedade à qual a mulher foi relegada não significa que a dissociação como categoria estrutural seja algo secundário, mas, ao contrário, o oposto fundamental que estrutura esta relação, sendo o dissociado aquilo que foi colocado em posição inferior como condição *sine qua non* para que reluzisse o protagonismo do valor (Menegatti, 2017, p. 121).

Em uma sociedade fetichista os valores entre pessoas e mercadoria são invertidos, de modo que a mercadoria não serve apenas como objeto agregador de status aos sujeitos, mas toma forma soberana e se institui como quem conduz as relações sociais - não mais o contrário, onde as pessoas é que determinam o valor que tal objeto possuirá. Então entendendo que “a forma-mercadoria se projeta como uma régua que modela todos os aspectos da socialização” (Menegatti, 2017, p. 119), sabe-se que um desses aspectos centrais da socialização é a hierarquia de gênero, até porque “a forma-mercadoria não poderia ser pensada como uma categoria ‘sexualmente neutra’” (Scholz *apud* Menegatti, 2019, p. 23).

Nesta relação entre valor e dissociado assimila-se que o valor é masculino, enquanto o seu restante, de maneira oposta, é feminino, partindo de “uma construção social de visão androcêntrica, rege-se pela ideia de que os homens ocupam lugar central na sociedade e de que o masculino é universal” (Silva; Costa, 2022, p. 181), portanto, o feminino é o “outro”. O homem é posto como a figura absoluta e a mulher é o ser subjugado, por isso, a ele cabe a vida pública, as relações sociais, o poder, a racionalidade, o conhecimento científico, a formalidade, a frieza, a expansividade. Por outro lado, à mulher está atribuído o restrito, a vida privada de dentro de casa, o discreto, o passivo, a subordinação, o conhecimento da natureza, a família, as emoções, o ato de cuidar. Dito isso, é essencial ressaltar que a relação entre valor e dissociação é colocada também de forma que “a concepção do que é ‘feminino’ é diretamente identificado à categoria valor de uso em oposição ao ‘masculino’ valor de troca. Os homens figuram como os ‘sujeitos’ do valor-dinheiro” (Menegatti, 2019, p. 24). É uma relação de antagonismos formando um mesmo sistema operante, de forma que

Foram depositadas sobre a dualidade biológica dos sexos significações estritas psicossociais e simbólico-culturais que se colocavam numa relação de principal e secundário, protagonista e coadjuvante, forte e fraco, cultura e natureza, de modo a dar sustentação à ascensão da forma valor, sem que aquilo que dela ficasse de fora permanecesse “desprotegido”, já que todo este conjunto de funções e características que formavam o “diferente” do valor foram delegados à responsabilidade da mulher (Menegatti, 2017, p. 120).

Importante notar que a distinção não está limitada apenas aos sexos em si, mas ao que eles representam e como são desempenhados, pois há sobretudo o entendimento da feminilidade e da masculinidade e de como esses campos se compõem. Isto é, se faz necessário observar

como é formado pelo sistema e performato pela sociedade o “conjunto de normas modeladoras dos seres humanos em homens e em mulheres” (Saffioti, 2015, p. 74). Por exemplo, a evidência do conhecimento da natureza como uma característica atribuída ao feminino é crucial para o entendimento da dominação de mulheres. Isso se dá em razão de que, de acordo com o princípio da dominação, o valor é quem deve ser protagonista, e sendo ele representado pelo masculino, tudo que é feminino deve ser rechaçado. Portanto, a ilustração dessa dominação fica ainda mais aparente ao amarrar o fato de que, tendo em vista a benesse de seu desenvolvimento, é essencial que o capitalismo domine a natureza, bem como o feminino. Em vínculo com o tema central deste trabalho, Bengoa explica esse pensamento ao dizer que

A natureza e o trabalho doméstico e de cuidados são os dois pilares básicos no qual o sistema econômico atual se apoia. E ainda que se queira ignorá-los, sem eles o sistema seria derrubado. Parte do crescimento econômico e do lucro provém destas duas fontes: aceleração dos ritmos da exploração ou da extração dos recursos naturais e intensificação do trabalho de cuidados realizado fundamentalmente pelas mulheres (Bengoa, 2018, p. 56).

Portanto, como desenvolvido no capítulo anterior, o trabalho doméstico é historicamente considerado de natureza feminina, quase como um instinto natural, e como apresentado neste segundo capítulo, tanto a natureza como o feminino são considerados objetos a serem dominados pelo capital, uma vez que são tidos como inferiores. Dessa forma, compreende-se mais um motivo da posição relegada que o cuidado é levado a tomar, ocupando ele uma posição subalterna tanto no entendimento social quanto no processo de produção capitalista também por conta da historicidade do significado da esfera do feminino, construída em um movimento em que “a alteridade mística feminina assume uma nova significação: a concepção social de inferioridade, o estabelecimento de uma relação de hierarquia. A mulher, agora, passa a representar a natureza que é dominável e subjugável” (Menegatti, 2019, p. 17).

No entanto, é necessário ter em mente que o sistema de dissociação-valor não é restrito apenas às determinações de gênero, mas que ele é constituidor do todo social, sendo este o modo que a dominação se estabelece. Isto posto, o que se propõe a apresentar aqui é que não há esferas não alcançadas por este funcionamento, visto que a maneira como as relações sociais se dão interferem nos demais âmbitos da vida, não sendo algo restrito a alguns, mas sim que atinge a todos, afinal não há possibilidade de movimento fora do sistema operante que abrange todos nós.

Dado que, “o trabalho doméstico gratuito de uma mulher, ainda que exercido fora da esfera produtiva, não é definido de forma paralela e com autonomia ao capitalismo, por um ‘modo de produção doméstico’ ou algo do tipo” (Saraiva, 2022, p. 57), ele ocorre de maneira totalmente integrada ao sistema operante - e em benefício dele - ainda que a mulher que o

desempenha tenha pleno conhecimento de seu funcionamento. Por isso, Scholz diz que o “contexto da dissociação-valor não deve ser entendido como mero conceito sociologicamente limitado, no sentido da estrita relação de gênero, mas sim como um contexto global já sempre abrangente e determinando o todo social” (Scholz *apud* Menegatti, 2017, p. 125), compreendendo este conceito da totalidade social, entendemos que não há como se abster das ferramentas estruturantes do sistema, uma vez que seus componentes estão presentes em todas as esferas que fazem parte da organização social.

## **2.1 A realidade da dissociação-valor**

A fim de reforçar a pertinência da teoria abordada até aqui, é coerente fazer o seu vínculo com a realidade apresentando notícias sobre casos reais em que o trabalho doméstico atravessa de forma palpável o cotidiano de mulheres gerando limitações que impactam suas vidas de maneira integral e contínua. Isso porque ao fazer uma análise do real através da observação de acontecimentos que seguem um determinado padrão, é possível notar o que é suportado e o precisa ser abandonado em nome do trabalho do cuidado. Deixando evidente que não se trata de comportamentos ou decisões individuais, mas sim de uma configuração percebida em dimensão social.

### **2.1.1 O tempo e o cuidado**

Na matéria veiculada pelo jornal O Tempo<sup>6</sup>, intitulada “Após verem filhos crescidos, mulheres realizam sonhos na maturidade”, de novembro de 2023, é explicitado o adiamento dos sonhos das mulheres em nome do bem-estar da família. Ao longo da matéria há o relato de diversas mulheres que tiveram que adiar seus progressos individuais, que não são somente sonhos, mas sobretudo a realização de sua emancipação econômica, por conta de seus casamentos e suas gravidezes, para que se ocupassem integralmente da criação de seus filhos e do cuidado com os familiares. Tal atitude pode ser colocada como uma opção escolhida pela mulher, entretanto cabe questionar se realmente é algo opcional ou se sequer há uma outra alternativa a ser escolhida.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/apos-verem-filhos-crescidos-mulheres-realizam-sonhos-na-maturidade-1.3281555> Acesso em: 17 de fevereiro de 2025.

Se, de acordo com divisão sexual de tarefas, é posto historicamente à mulher o cargo de responsável pelo cuidado e bem-estar do lar e da família, logo, esta é uma posição socialmente compulsória, não escolhida. Afinal, se o funcionamento social é composto por tais regras e assim é o sistema, dificilmente há como optar por algo diferente, dado que a mulher é frequentemente induzida a ocupar este posto. Bem como aos homens está colocado o dever moral de prover financeiramente e se distanciar ao máximo do que diz respeito ao funcionamento do lar - não sendo isentas aqui as particularidades financeiras e/ou de classe que recaem sobre o papel do provedor, tampouco a pressão social e emocional proveniente desta responsabilidade.

Entretanto, olhando para a realidade brasileira onde grande parte dos lares é sustentado por mulheres<sup>7</sup>, essa responsabilidade financeira, pertencente primariamente aos homens, recai sobre elas também. Como apresentado nos casos da matéria analisada, percebemos que, majoritariamente, a mulher é levada a cumprir ambos os papéis, sendo a cuidadora e a responsável financeira da casa, ao passo em que a posição masculina dificilmente se inverte - na qual ele passaria a ser o cuidador. Isso porque, ainda que estejam em uma carreira profissional, as funções domésticas permanecem incumbidas majoritariamente a elas.

Ainda de acordo com os relatos trazidos pelo O Tempo, percebemos como o cuidado atravessa de diferentes formas cada mulher, de acordo com as especificidades de cada contexto. Ter mais de um filho, ter um filho com deficiência, engravidar ainda no fim do adolescência, morar com o marido ou com os pais, ter o marido encarcerado ou ser mãe solo, são fatores que diferenciam a carga de cada mulher da reportagem, o que não muda é que em todos os casos a responsabilidade pela família recai sobre elas e a necessidade de paralisar seus projetos pessoais e profissionais também, levando em consideração que “de acordo com a posição social que ocupa, as condições de sua reprodução da vida estarão mais ou menos limitadas” (Saraiva, 2022, p. 50).

Fato é que o casamento faz com que o tempo das mulheres seja completamente alterado, isto é, utilizado em prol dele, enquanto o de homens permanece inabalado ou pouco alterado, como dito na referida matéria, “enquanto para elas o casamento pode aumentar significativamente o tempo gasto com as tarefas domésticas e outros cuidados não pagos, para eles o efeito é negativo ou inexistente”. Sem contar a carga mental que sequer é contabilizada neste tempo, uma vez que não há como ser mensurada, apesar de ser sentida e causar efeitos sobre a mulher que ocupa esta posição, assuntos a serem abordados no próximo capítulo.

---

<sup>7</sup> O Censo de 2022 diz que 49,1% dos lares brasileiros são sustentados financeiramente por mulheres. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202410/censo-2022-em-12-anos-proporcao-de-mulheres-responsaveis-por-domicilios-avanca-e-se-equipara-a-de-homens> Acesso em: 19 de março de 2025.

Como exposto na notícia, homens não renunciam. Isto é, ao casarem e terem filhos eles não precisam renunciar suas carreiras ou nem mesmo ter seu tempo alterado de forma significativa ao longo do dia. Em contrapartida, mulheres abdicam de suas vidas ao casarem e se tornarem mães, deixando para depois seus objetivos e planos - sem a garantia de que um dia retornarão -, sendo tolhidas de se desenvolverem pessoal e profissionalmente em nome do bem-estar da família. Afinal, não é comum nos depararmos com notícias de que homens pausaram suas vidas para se dedicarem às esposas, enquanto o contrário é verdadeiro e até mesmo esperado socialmente. Sendo relevante destacar aqui o número alarmante de crianças registradas sem pai no país<sup>8</sup>, como se, culturalmente, os homens pudessem escolher entre permanecer ou abandonar.

Portanto, é possível observar como a vida familiar é experienciada de diferentes formas por aqueles que a compõem, lembrando as determinações estipuladas para cada integrante da família, conforme falado no primeiro capítulo. Conseguimos perceber isso pela afirmação contida na matéria de O Tempo que diz que “enquanto homens são culturalmente incentivados a crescer profissionalmente, as mulheres muitas vezes são impedidas de ampliar os estudos ou subir degraus na carreira por conta da jornada dupla”.

E assim identificamos como o ciclo de estagnação e restrição da mulher se perpetua, sendo possível perceber o quão palpável é o movimento de estruturação desse sistema de dominação, produção e reprodução que é tratado pela teoria da dissociação-valor. Entende-se, portanto, que o trabalho doméstico passa por um “processo de marginalização”, como dito por Alves (2018, p. 271), no qual ele é expelido do processo de produção e a mulher é domesticada, onde a autora explica que “a figura da ‘dona de casa’ de família de classe trabalhadora seria o produto mais acabado desse processo, pois, afastada do mundo produtivo ou parcialmente integrada a ele, a mulher ficaria relegada às tarefas da reprodução”.

### 2.1.2 Trabalho do cuidado e direitos humanos

Na matéria de título “Mulher é resgatada após 40 anos de trabalho análogo à escravidão”<sup>9</sup>, noticiada pela Agência Brasil, é relatado o caso de uma profunda violação de

---

<sup>8</sup> De acordo com o Portal da Transparência da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen), no período de janeiro a julho do ano de 2024, mais de 91 mil crianças não tiveram o nome do pai em seus registros. Disponível em: <https://www.arpensp.org.br/noticia/mais-de-91-mil-criancas-foram-registradas-sem-o-nome-do-pai-em-2024> Acesso em: 24 de março de 2025.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/geral/noticia/2024-08/mulher-e-resgatada-apos-40-anos-de-trabalho-analogo-escravidao> Acesso em: 22 de fevereiro de 2025.

direitos que ocorreu durante toda uma vida e foi descoberto em 2024, ano de publicação da notícia. Uma menina de 11 anos foi adotada de um orfanato por um casal que tinha o intuito de apenas usá-la como empregada doméstica de sua casa, fazendo com que sua vida fosse fadada a este trabalho. Nesta notícia se faz evidente como o trabalho do cuidado é capaz de atingir tão profundamente diversas camadas da vida de uma mulher por conta do entendimento social de que tais pessoas pertencem naturalmente à determinada função.

O vínculo parental fajuto foi o pretexto para este casal ter em casa uma menina que servisse à família da qual ela jamais fez parte, fato que também se justifica por serem tratados ao longo da matéria como “empregadores” - mas em contrapartida, também não havia a figura do contrato de trabalho. Fica nítido que a casa em que ela foi colocada para trabalhar nunca foi seu lar, apenas um local de exploração de sua mão de obra forçada – ato criminoso de acordo com Lei Nº10.803/2003<sup>10</sup>. Assim, fica entendido que desde a adoção desta menina sua existência enquanto indivíduo passou a ser desconsiderada e ela nunca foi tratada como filha de fato, como se ela passasse a ser um objeto adquirido por ser dotado de utilidade.

Este modo de operar se deve ao fato dessa atividade laboral ser associada a pessoas tida como inferiores, assim como tratado no primeiro capítulo. A formação sócio-histórica do trabalho doméstico o coloca como designado aos sujeitos também historicamente subalternizados, por conta de um processo onde os sujeitos têm sua humanidade negada, no qual as mulheres são consideradas menos humanas e as pessoas escravizadas são despidas de qualquer humanidade, tendo o homem branco como figura referencial em ambas as perspectivas. Sobre a desumanização atrelada a determinados sujeitos, Alves (2018, p. 281) diz pertinentemente que “o colonizado foi convertido em não humano no projeto colonial moderno”, e continua afirmando que

Cabe apontar ainda que o que se denomina de modernidade colonial ou colonialidade é um processo moderno e permanente de desumanização que não se esgota em um passado colonial distante e superado. A colonialidade permite, incentiva e necessita da produção constante de classificações sociais que reduzem os seres humanos a objetos quantificáveis e controláveis. Categorizar, criar dicotomias e hierarquizar são atividades características da colonialidade (Alves, 2018, p. 281).

De acordo com seu relato, esta menina que sofreu esse processo de ser supostamente adquirida por uma adoção recebia um valor ínfimo, chamado de “agrado”, pelas funções que desempenhava ao longo de toda vida - o que reforça a afirmação de que ali era apenas um local de trabalho e não uma casa para ela. Se faz evidente que tanto sua vida quanto o trabalho ao qual foi submetida forçadamente eram vistos como inferiores, visto que para seus

---

<sup>10</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.803.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.803.htm) Acesso em: 30 de junho de 2025.

“empregadores” as funções desempenhadas sequer necessitavam de um salário justo. Ou nem mesmo eram consideradas um trabalho de fato.

Nomear como “agrado” confere o sentido de uma recompensa por algo feito, soando como algo opcional e até mesmo uma benevolência daqueles que o dão, retirando assim a obrigatoriedade de um salário como todo vínculo empregatício deve ter. Além disso, há de se destacar acima de tudo como todas as outras condições às quais ela esteve submetida são análogas à escravidão, como dormir num colchão no chão ao lado da cama dos patrões, não tendo qualquer espaço próprio e o relato de nunca ter tido férias somado ao tempo trabalhado por dia, uma vez que mora no lugar em que é forçada a trabalhar e trabalha todos os dias, inclusive nas festas de fim de ano e também aos domingos, mesmo que diga que nestes apenas “passa um pano na casa e lava a louça” - o que é trabalho.

Percebe-se então como ficam difusas as noções de conceitos como relação, território e trabalho. Isso por conta da justificativa falaciosa de um laço familiar em oposição à falta do vínculo empregatício, do entendimento deste território como uma casa e não um local de trabalho forçado, e ainda sobre o que seria trabalho e o que é entendido como uma função natural desta pessoa, que deve ser realizado forçosamente. O que, por fim, culmina em casos de trabalho análogo à escravidão como esse. Características essas que não são restritas apenas a este caso, já que estão presentes na sociedade capitalista desde o seu berço, na fundação da estrutura social, econômica e laboral do país, que tem suas raízes na escravidão vivenciada por longos séculos no Brasil.

### **2.1.3 O real retratado nas notícias**

As notícias selecionadas ilustram com casos concretos o que havia sido apresentado de forma teórica até então, demonstrando pelo movimento de observação do real como o trabalho doméstico afeta mulheres por diferentes prismas. Ainda que haja a devoção à família, o não reconhecimento do trabalho exercido em casa ou a desumanização vinculada a quem está na posição de servir, há a necessidade de se olhar para as raízes do trabalho reprodutivo bem como para seus modos de operação e disseminação, analisando a fundo aquilo que se faz aparente. Por isso, indicaremos a seguir, unindo as reportagens e a análise bibliográfica feita, como é operacionalizada a teoria da dissociação-valor com esses exemplos.

Scholz traz em sua teoria a crítica de que à mulher está destinada a vida privada e ao homem a vida pública, e as histórias das mulheres retratadas na matéria do jornal O Tempo conseguem evidenciar isso. Percebemos que as mudanças de planos por qual passam as

mulheres ao casar e engravidar demonstram que há uma transição em sua identidade na qual sua individualidade é interrompida para dar lugar a uma figura que não é mais própria, pois ela passa a ser algo de alguém – a mãe, a esposa. Essa mudança em sua identidade que envolve pertencimento e posição social caminha de maneira que a mulher se torna cada vez mais limitada e restrita, o que não acomete da mesma forma os homens já que são socializados para a produção do valor, papel desempenhado em sua vida pública, e que deve permanecer sendo desenvolvido após o casamento e os filhos.

À mulher resta a vinculação ao que aparece como um âmbito radicalmente apartado: o privado/doméstico, estritamente relacionado à efetivação de tudo que orbita a realização do valor de uso e que, aparecendo como algo oposto ao valor de troca, perde primazia, figurando como mero suporte, uma concepção que aparta as mulheres das relações de poder e perspectivas de ação direta sobre a condução da sociedade (Menegatti, 2019, p. 24).

Se faz pertinente questionar se é de fato uma escolha pessoal da mulher a abdicação de objetivos pessoais em prol da construção da família, uma vez que este é o proposto socialmente e todo sistema se movimenta para que isso aconteça - incluindo a parte de responsabilizar a mulher individualmente por uma questão de gênero. Portanto, há de se compreender que a construção desse pensamento se origina de uma forte condução estrutural para que mulheres e homens cumpram com suas distintas funções, visto que não há como fugir daquilo que compõe o todo, afinal se o sistema está em tudo, não há como agir por fora dele. Principalmente quando seu tempo está consumido por inúmeras atribuições materiais e emocionais que levam a uma reprodução automática da estrutura.

Federici (2021, p. 56) questiona: “onde as mulheres podem ser mais produtivas, na linha de montagem ou na linha de produção de bebês?”, e entendemos que elas são conduzidas para que ocupem os dois espaços sem se opor. Como relatado pelas mulheres ouvidas na notícia citada acima, foi preciso que elas provesses financeiramente em casa enquanto também davam conta de todas as responsabilidades de criar uma criança e cuidar de uma casa, vivendo a chamada dupla ou tripla jornada. Scholz (*apud* Menegatti, 2017, p. 124) traz o conceito da dupla socialização – uma expressão da filósofa Regina Becker-Schmidt – para falar que mesmo que a socialização da mulher tenha sido feita para ela ficar restrita à casa, quando ela está inserida no âmbito público fazendo parte da produção de valor, não fica eximida de arcar com suas atividades domésticas, “muito menos se desvinculam da associação aos símbolos de inferioridade” (Menegatti, 2019, p. 62). Assim,

Sua participação na esfera pública não a desincumbe das atribuições privadas, somam-se as responsabilidades profissionais às concernentes à esfera da reprodução e a mulher encontra-se sobrecarregada, principalmente nas áreas mais pobres do terceiro

mundo, em situação de crise do trabalho abstrato e dissolução de relações familiares tradicionais (Menegatti, 2017, p. 124).

Vale destacar aqui que, se tratando daquelas que trabalham remuneradamente com o cuidado há ainda mais estafa, visto que desempenham de maneira dobrada a mesma função, porque “elas realizam, em suas jornadas pagas, o trabalho doméstico e de cuidado para os patrões e, em suas jornadas não pagas, também fazem o trabalho doméstico e de cuidados para si e seus familiares” (Vicente; Lole; Almeida, 2024, p. 200). O que aponta as diferentes dimensões em que o trabalho do cuidado está posto, seja como um serviço a ser oferecido ou uma função privada de satisfação das necessidades de uma família “considerando que – sua força de trabalho ora se põe no mercado de trabalho como mercadoria a ser trocada, ora se põe no lar enquanto mero valor de uso” (Saffioti *apud* Vicente; Lole; Almeida, 2024, p. 200).

Entretanto, o trabalho do cuidado pode se apresentar de maneira semelhante para as mulheres, porém não idêntica, tendo proporções distintas para cada uma, de acordo com as opressões que as atingem. Isso porque, ao voltar a questão para as mulheres negras, por exemplo, “o que conhecemos hoje como dupla (ou tripla) jornada já se formava para este segmento como padrão desde o período escravocrata, visto que as mulheres negras compunham também os braços responsáveis pela lavoura” (Murad, 2024). Por isso, se faz necessário levar em consideração os fatores interseccionais, primordialmente de raça e classe em conjunto com o gênero, para entender o grau em que o trabalho do cuidado toca cada mulher de acordo com seu determinado contexto social, assunto a ser abordado no próximo capítulo.

Para que seja debatido o caso abordado pela Agência Brasil, acerca da situação de desumanização sofrida por esta mulher ao longo de 40 anos, é necessário compreender o vínculo direto do trabalho doméstico no Brasil com o processo de escravização vivido no país, e este caso é um exemplo disso. A escravidão é o marco que produziu a forma do país operar estabelecendo desde o modo de produção de valor a ser seguido até o formato das relações de poder com a construção subjetiva e material das hierarquias sociais. Portanto, para dar seguimento ao sistema capitalista operante hoje, é necessário permanecer com o atraso das raízes escravocratas que se faz presente em todo o funcionamento social.

No Brasil, a formação da força de trabalho doméstica está relacionada ao processo de colonização dos territórios e à divisão da sociedade em raças, pela necessidade de legitimação da dominação e escravização dos povos negros. Os efeitos desse projeto colonial permanecem nas características do mercado de trabalho das sociedades colonizadas ainda hoje (Vicente; Lole; Almeida, 2024, p. 201).

Então, cabe pensar o porquê de uma criança ser vista como alguém a ocupar este lugar de trabalhadora, como se este fosse o seu dever natural e sua função no mundo. Uma menina

levada para uma casa, como se fosse uma mercadoria, para servir de maneira infundável aos seus responsáveis, assim como era feito em tempos passados, mas que ainda reverberam com força nos dias de hoje. Saraiva (2022, p. 67) fala sobre a série de argumentos utilizados em prol da criação da subjetividade da mulher que deve ocupar o lugar de empregada, sendo ela constantemente inferiorizada e vítima de um processo de internalização da subordinação. Sobretudo, a imagem da empregada se constrói sobre a mulher negra, e não há como não relacionar essa configuração racista ao fato de notícias de mulheres resgatadas após passarem toda sua vida desempenhando o trabalho doméstico de maneira análoga à escravidão, como essa analisada, terem se tornado cada vez mais comuns<sup>11</sup> de serem lidas<sup>12</sup>, tendo como fator principal de ligação entre essas mulheres a cor de sua pele – e a inferioridade atribuída a ela.

Portanto, só é possível discutirmos este tema ao compreendermos que o entendimento social foi moldado para que entendêssemos que determinadas pessoas deveriam ocupar naturalmente determinados lugares e funções. E este molde é originário dos séculos de escravidão vividos neste país, que seguem sendo refletidos e perpetuados nesta sociedade colonizada que se mantém às custas de determinações que degradam seus próprios componentes e que conservam “traços que nos remetem à perversão desta forma social e às particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, onde há a permanência de formas de dominação pessoal combinadas à dominação impessoal característica do capital” (Murad, 2024).

Tendo isso em vista, se não há nem mesmo um reconhecimento de que as funções desempenhadas por estas mulheres são um trabalho, uma vez que se parte do princípio de que esta é sua função natural, se torna confortável chamar de “agrado” o valor pago em troca dele. Até mesmo porque é desta forma que se acumulam os ganhos advindos desse trabalho não pago ou mal pago, sendo esta não uma coincidência encontrada nessa formulação, mas sim seu mecanismo intencional. É possível compreender este pensamento a partir da afirmação de Barajas (2016, p. 22) de que este trabalho gera um “subsídio” aos países, que jamais são atribuídos ou destinados a qualquer retorno para as mulheres que produzem ele, e até mesmo será utilizado contra elas, dado que é com esse valor que o sistema continua se perpetuando e reproduzindo as relações sociais nas quais estas mulheres continuam inferiorizadas. A autora explica que

---

<sup>11</sup> No Rio de Janeiro, uma idosa de 90 anos foi resgatada em 2023, sendo considerada a “trabalhadora doméstica mais idosa encontrada em condição de trabalho análogo à escravidão no Brasil”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/09/05/idosa-de-90-anos-e-resgatada-de-condicoes-analogas-a-escravidao-em-casa-na-zona-norte-do-rio.ghtml> Acesso em: 05 de maio de 2025.

<sup>12</sup> O caso Soninha ficou nacionalmente conhecido, por conta da profunda indignação social que gerou, após a Justiça favorecer os exploradores de Sônia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-05/caso-sonia-e-desastroso-para-combater-trabalho-escravo-alerta-auditor> e em: <https://piaui.folha.uol.com.br/a-historia-muito-brasileira-de-soninha/> Acesso em: 05 de maio de 2025.

Os estudos de algumas economistas feministas, como Antonopoulos (2008) e Razavi (2007), mostraram como essa “economia invisível”, formada por atividades laborais de cuidados, não remuneradas – como a preparação de alimentos, o cuidado de crianças, doentes e população idosa, as atividades de limpeza do lar, entre outras –, desempenha um papel fundamental na reprodução da força de trabalho e possibilita o crescimento econômico dos países, representando uma espécie de “subsídio” às economias nacionais. Um “subsídio” que se ergue contra as próprias mulheres que realizam esse trabalho, impedindo-as de ampliar suas capacidades, alcançar sua autonomia econômica e exercer outros direitos (Barajas, 2016, p. 22).

Considerando então que a teoria da dissociação-valor permeia o todo social e não trata apenas sobre as relações de gênero, e tendo em mente os diferentes prismas pelos quais as mulheres podem ser afetadas pelo trabalho do cuidado, é preciso desenvolver acerca das relações de raça como um assunto central e não apenas uma ramificação do assunto. Ou seja, trazer a categoria da interseccionalidade para o debate, tendo em vista que, para que o trabalho reprodutivo seja debatido, se faz primordial o aprofundamento no assunto, uma vez que as intersecções revelam desigualdades dentro do tema, afinal “seja dentro dos lares, na esfera pública ou como um serviço capitalista, as atividades de reprodução social são fortemente marcadas por um trabalho generificado e racializado” (Saraiva, 2022, p. 51). Por isso, no próximo capítulo será abordado sobre como a interseccionalidade e o tempo revelam discrepâncias em relação ao trabalho do cuidado, por conta de seu fator sócio-histórico. Em decorrência disso, também será apresentado como esta função gera efeitos adoecedores em quem a desempenha, devido a carga mental contida na esfera do cuidar.

### **CAPÍTULO 3 – A DOMINAÇÃO DA MULHER PELO CONTROLE DO TEMPO E OS IMPACTOS DO TRABALHO DO CUIDADO**

Neste capítulo será abordado como a interseccionalidade é uma categoria de análise fundamental para que se compreenda as diferentes dominações que permeiam o trabalho do cuidado, sendo essa uma categoria basilar neste debate. Para isso, será apontado como o tempo é ferramenta central para que se concretize a dominação social operada pelo sistema capitalista, entretanto dando destaque para como essa dominação se apresenta de maneira distinta de acordo com o gênero e, dentro dessa categoria, assume outras formas de acordo com a raça, evidenciando esses pontos na análise do trabalho do cuidado.

Em razão disso, será tratado também sobre as consequências trazidas por esse formato de organização social que impõe às mulheres a abdicação de sua identidade, de seus objetivos pessoais e do autocuidado a fim do cuidado com o outro e com a casa. Observando como a carga mental integrada ao trabalho reprodutivo, além de não poder ser mensurada, ocasiona impactos adoecedores nestas mulheres. Sendo este um fator significativo tanto para a mulher que desempenha o trabalho doméstico não remunerado em sua casa quanto para aquela que também possui uma relação contratual com essa atividade.

#### **3.1 O tempo como instrumento cerceador da mulher**

Sabemos que no capitalismo o tempo é o instrumento utilizado para dominar o trabalhador, sendo o meio de controle em todo o processo de produção, inclusive da produtividade do funcionário; pois rege a duração da jornada de trabalho, o suposto tempo livre de cada pessoa – sendo cobrada produtividade até neste –, e sobretudo determina o salário do trabalhador. O domínio do tempo feito pelo capital “impõe o trabalho como única condição sob a qual temos permissão para viver” (Federici, 2021, p. 42) e é um dos principais elementos que faz com que o trabalhador esteja inteiramente subordinado a ele, determinando ainda as relações de poder existentes.

Compreendendo que o sistema atinge a todos, sem exceção, entendemos que todos nós fazemos parte desse conjunto e que nossas vidas são determinadas por essa medida de controle, dado que

Até o momento, homens e mulheres da classe trabalhadora tiveram sua jornada definida pelo capital - pela batida do ponto na entrada e na saída. Isso definiu o tempo em que pertencemos ao capital e o tempo em que pertencemos a nós. Mas nunca pertencemos a nós. Sempre pertencemos ao capital, a cada instante da vida (Federici, 2021, p. 41).

Entretanto, ainda que o domínio do tempo seja uma ferramenta de dominação poderosa que incide sobre todos, tal dominação se faz de maneira distinta ao olharmos para o recorte de gênero. Homens e mulheres têm seu tempo consumido de diferentes formas, e consequentemente possuem tempos diferentes para usufruírem, por conta das tarefas que necessitam desempenhar em um dia, conforme destacado no capítulo anterior, então notamos que “para os primeiros, há uma plasticidade ou mobilidade maior de usos do tempo, enquanto para as mulheres, a dimensão rotineira e repetitiva, embora haja uma multiplicidade de ações que caracteriza o trabalho doméstico, não lhes é permitida tal flexibilidade” (Bandeira; Preturlan, 2016, p. 43). Isso porque, como aponta o conceito da dupla socialização, ainda que ingressem no mercado de trabalho, as mulheres se ocupam tanto do trabalho produtivo quanto do trabalho reprodutivo, e “dividindo-se entre rotina de trabalho e cuidado doméstico, a mulher convive com a sobrecarga de quem se vê obrigada a conviver simultaneamente em duas distintas normas de sociabilidade” (Menegatti, 2019, p. 62).

Diante disso, a interseccionalidade se faz uma categoria primordial de análise para entender o trabalho do cuidado e as desigualdades nele estabelecidas. Tendo em vista a intersecção de raça essas diferenças aumentam e conseguimos perceber como ocorrem diferentes dominações dentro de um mesmo debate envolvendo o trabalho doméstico e o uso do tempo. Quando Roswitha Scholz fala sobre a abrangência da dissociação-valor no todo social, não sendo ela restrita apenas ao gênero, possui esse significado, uma vez que representa a relação de dominador e dominado (Menegatti, 2017). Então, embora o trabalho do cuidado afete todas as mulheres, por ser um objeto pertencente à categoria do gênero, ele não se apresenta de modo equivalente para todas, tendo em vista marcadores sociais como raça, classe social, escolaridade, território, que são fatores determinantes para como o trabalho do cuidado se apresentará. Assim, percebemos contextos em que

De um lado encontram-se mulheres formadas com nível superior e do outro lado mulheres que estão em setores tradicionalmente femininos (empregadas domésticas, auxiliares de enfermagem, professoras de ensino básico, prestadoras de serviços etc.). Esse fenômeno ocasiona um agravamento no que diz respeito às desigualdades sociais, tanto entre mulheres e homens, quanto entre as próprias mulheres (Hirata *apud* Passos, 2016, p. 289).

Quando falamos sobre as trabalhadoras remuneradas do cuidado, cabe questionar por qual mulher é feito esse trabalho, assim como quem é que está na posição de contratar. Como dito por Passos (2016, p. 289), “no caso brasileiro, é importante assinalar que não existe apenas a desigualdade de classes entre as próprias mulheres; há também a desigualdade racial/étnica”.

Como discorrido anteriormente, a configuração histórica do país é a de que as mulheres negras sempre foram trabalhadoras, especialmente nesta posição de cuidar da casa e da família da mulher branca. Essa, ao conquistar o direito ao trabalho – o que para mulher negra sempre foi uma obrigação –, ao depender de sua classe social, já tinha em sua casa uma mulher negra executando o trabalho doméstico. Por isso ao falarmos sobre mecanismos de dominação, é crucial que se veja que

No caso do emprego doméstico, o mecanismo de dominação de raça se combinou com o de gênero. Ambos caracterizam os fundamentos da distribuição da população em estruturas de poder. [...] Mas também possui forte relação com raça e classe, já que no âmbito da segregação racial do trabalho, cabia aos negros realizarem os trabalhos braçais (Vicente; Lole; Almeida, 2024, p. 201).

Por isso, Angela Davis diz que “as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas, o enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos de escravidão” (Davis *apud* Murad, 2024). Tendo isso em vista, é possível notar que, ao ascenderem socialmente, mulheres brancas tendem a ter a possibilidade de desenvolverem com mais afinco sua vida profissional e pessoal ao não necessitarem despender mais tanto tempo com as tarefas domésticas, ainda que não se desvinculem totalmente desta responsabilidade. Entretanto, essa “liberdade” vem à custo da delegação destas tarefas a outras mulheres, que majoritariamente são negras, dado que são elas que compõem em maior parte a mão de obra desta área, como mostram as pesquisas:

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE): O Brasil é um dos países com maior número absoluto de pessoas empregadas no trabalho doméstico. A importância dessa ocupação, majoritariamente feminina, está relacionada à trajetória de mulheres e meninas pobres no mercado de trabalho e no contexto de profundas desigualdades raciais e sociais característico do país. Relaciona-se ainda com a forma como o país organiza o sistema de cuidados, até hoje, a principal mão de obra para o atendimento da demanda por cuidados de pessoas e dos lares das classes mais privilegiadas (DIEESE *apud* Vicente; Lole; Almeida, 2024, p. 200).

Para que seja compreendido esse panorama apresentado acima pelo DIEESE, é preciso ter em mente que a construção sócio-histórica da identidade das mulheres brancas e das mulheres negras se deu de maneira distinta uma da outra. Enquanto a inocência era cobrada da mulher branca, a mulher negra era marginalizada, conforme apontado por Alves (2018, p. 279) “à pureza sexual imposta à mulher branca contrapõe-se a hipersexualização dos corpos das mulheres negras. À maternidade vigiada das mulheres brancas contrapõe-se a negação da maternidade das mulheres negras”. As determinações capitalistas, patriarcais e racistas compuseram um ideário dessas mulheres marcado por oposições, enquanto as mulheres brancas

eram consideradas as mulheres de casa, isto é, as esposas, as mulheres negras sempre foram desprovidas de qualquer respeito e dignidade, isso porque “com o desenvolvimento da indústria foi disseminado ideologicamente um modelo de mulher “mãe” e “esposa dona de casa”, que só eram realmente atingíveis para as mulheres brancas” (Davis *apud* Saraiva, 2022, p. 64).

Ao ser por vezes lida e tratada como desprovida de humanidade, a mulher negra sequer se encaixava nessas configurações destinadas às mulheres; ainda na mesma passagem Davis diz que “os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados da nova ideologia” (Davis *apud* Saraiva, 2022, p. 64), como se elas estivessem à parte desta categoria, retirando da sua identidade humana seu gênero, passando a serem vistas primordialmente por sua raça – porém, apenas quando fosse conveniente, uma vez que essas mulheres sofriam abusos sexuais constantes praticados pelos senhores.

Já para as mulheres brancas havia um “determinado padrão de mulher virtuosa e domesticada [...] um objetivo imposto a ser perseguido” por elas, entretanto, para que se encaixassem adequadamente neste posto, sem “confrontarem seus papéis de inferioridade contra seus maridos ‘empurraram o fardo para as mulheres com ainda menos poder [...] negando a feminilidade da empregada doméstica, ignorando os laços familiares e as responsabilidades da empregada” (Glenn *apud* Saraiva, 2022, p. 64).

E, se as mulheres brancas eram consideradas as mulheres do lar, as mulheres negras foram colocadas no posto de “mucamas” (Gonzalez *apud* Saraiva, 2022, p. 65), função designada a elas durante a escravidão, mas que mesmo após esse período este lugar continuou marcado como pertencente a elas. Neste posto “cabia-lhe a tarefa de manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa grande: lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar e amamentar as crianças nascidas do ventre “livre” das sinhazinhas” (Gonzalez *apud* Saraiva, 2022, p. 65), ao passo em que a mulher branca, ainda que não tivesse autonomia em relação ao homem branco, também usufruía diretamente da exploração da mulher negra em sua casa. Lembrando ainda que o dia de trabalho da mulher escravizada não se encerrava na casa grande, porque “após o trabalho pesado na casa grande, cabia-lhes também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, engenhos, etc., quase mortos de fome e cansaço” (Gonzalez *apud* Saraiva, 2022, p. 65).

Observando quem hoje ocupa, em sua maioria, o posto de trabalhadora doméstica remunerada compreendemos que “o lugar da ‘mucama’ se reinventou ao longo da história do Brasil” (Saraiva, 2022, p. 65), como a autora permanece afirmando, isso significa que até hoje é reservado para a mulher negra “tarefas que mesmo feitas fora dos lares domiciliares, se reproduzem em trabalhos degradantes”, trabalhos subalternos e cargos inferiores, e assim “se percebe de que forma se concretiza a divisão racial do trabalho: prioritariamente nos empregos

domésticos e nos trabalhos de serviço de baixa remuneração” (Gonzalez, 2018, p. 45 *apud* Saraiva, 2022, p. 66). Por esse mesmo motivo, essa realidade se apresenta em um ciclo geracional, ou seja, é experienciada por diversas mulheres de uma mesma linhagem, como avós, mães, filhas, netas (Glenn *apud* Saraiva, 2022, p. 66).

Ainda tratando sobre o tempo enquanto instrumento de medida no sistema capitalista, é de conhecimento coletivo que o salário é calculado a partir do tempo socialmente necessário para que determinada mercadoria seja produzida. Então, analisando essa medida em relação ao trabalho do cuidado, se faz pensar como é feita essa mensuração para determinar o valor devido em relação a esse trabalho, uma vez que quando desempenhado em casa não é considerado trabalho de fato, e enquanto um serviço prestado, em sua maioria as condições são precárias e a remuneração não é apropriada. Afinal, se o trabalho doméstico não é considerado um trabalho produtivo de fato, ele nunca será devidamente pago. Seja no que concerne às trabalhadoras domésticas, que não receberão o justo pelo trabalho, seja em relação às esposas, mães e filhas dentro de suas casas desempenhando o trabalho do cuidado, que sequer é tratado como trabalho, mas sim como um instinto natural feminino.

A dialética sobre o trabalho do cuidado está associada ao trabalho remunerado e ao não remunerado, da relação produtiva e improdutiva imbricada por uma divisão sociossexual e racial do trabalho. Para tanto, é fundamental analisar qual é a centralidade do trabalho no debate do cuidado, considerando que esse lugar é compreendido como não trabalho, portanto, sendo amplamente desvalorizado seja na esfera da produção quanto da reprodução social (Vicente; Lole; Almeida, 2024, p. 199).

Por um lado, o trabalho do cuidado remunerado é marcado pela sua carga histórica de trabalho relegado, subalterno e serviçal, o que atribui a ele uma significativa dessensibilização social fazendo com que seja compreendido e tratado como algo a ser barganhado sem qualquer pudor, que seja oferecido o que se pode pagar – ou até o que o contratante julga suficiente a ser pago. Por outro, o cuidado desempenhado por mulheres em suas próprias casas como manutenção da vida parte do princípio de não necessitar de remuneração por ser sentimentalizado, uma vez que é desqualificada sua essencialidade para o funcionamento do capital e forjado como um ato de amor. Já que, “no que concerne às mulheres, nosso trabalho parece ser uma assistência pessoal, alheia ao capital” (Federici, 2021, p. 23), o que desconsidera que tudo é produzido devido à existência dele. Isto é, um trabalho precisa ser reconhecido para que seja colocado valor nele, e o trabalho do cuidado nunca ocupou esse lugar.

Diante disso, a mensuração do tempo utilizado nesse trabalho nunca será feita de maneira eficaz, uma vez que ele abarca inúmeras tarefas não apenas materiais, mas sobretudo mentais e afetivas, tendo em vista que “os tempos do cuidado são tempos de relação,

impossíveis de cronometrar através do relógio, nos quais a velocidade não é um valor, pelo contrário, é algo que reduz a qualidade do cuidado e da relação” (Bengoa, 2018, p. 61).

Há como ser calculado o tempo para cozinhar, lavar, passar, e limpar cômodos de uma casa. No entanto, não há como medir o dispêndio de tempo e energia vital para gestar, nutrir e educar uma criança – tendo em vista que as mulheres no sistema capitalista são consideradas criadoras de futuros trabalhadores. Todos os pormenores que estão envolvidos no papel desempenhado pela mulher em um núcleo familiar não podem ser qualificados apenas como concretos, a carga mental necessária para ler o ambiente e identificar o que é necessário ser feito para manutenção do bem-estar coletivo é imensamente e incalculavelmente maior. Isso somado ao fato de que jamais será possível medir todo o necessário para se criar uma criança até que ela seja adulta, construindo seu processo de socialização ou a carga emocional envolvida no cuidar dos idosos da família, que antes estiveram na posição de cuidadores e hoje ocupam a posição de depender do cuidado, sendo um processo por vezes doloroso já que “o desgaste da pessoa que cuida envolve as relações afetivas que nutrem entre si, contribuindo para que os aspectos emocionais constituam parte desse processo” (Montenegro, 2018, p. 13). Ou seja, além de tudo é despendida uma energia emocional na realização do cuidado.

Em resumo, “o papel econômico do cuidado não é reconhecido nem calculado adequadamente” (Vicente; Lole; Almeida, 2024, p. 194), portanto, ainda que seja um trabalho vendido, nunca será devidamente pago, pois não há como mensurar o tempo e esforço físico, psicológico e emocional destinados ao trabalho doméstico, uma vez que abrange a produção de novos seres humanos, a renovação diária da energia vital necessária para a força de trabalho, minúcias infinitas no dia a dia, e uma densa carga mental que não cabe em qualquer métrica existente.

Além do mais, em consonância com o conceito da dupla socialização, Federici também afirma em suas falas que receber um salário por essas funções não garante que a mulher tenha mais propriedade sobre sua vida, ao contrário, “conseguir um emprego assalariado nunca nos liberou do trabalho doméstico, ter dois empregos só significou contar com menos tempo e energia para a luta” (Federici, 2021, p. 29), e que, “entre outras coisas, creches e berçários nunca liberaram qualquer tempo para nós mesmas, apenas para mais trabalho” (Federici, 2021, p. 30). O que reafirma a disparidade entre o emprego do tempo de mulheres e homens e desconsidera o tempo de trabalho delas, visto que

Esse tempo, que não é percebido como parte da organização do tempo social, é retirado da vida das mulheres considerado uma atribuição feminina, e determinado por relações de poder que entrelaçam a dominação patriarcal à exploração capitalista. Para a maioria das mulheres que estão no mercado de trabalho, formal e informal, o tempo para cuidar das tarefas domésticas é aquele que sobra da sua inserção nesse

mercado. É justamente aí que se produz a dupla ou tripla jornada de trabalho para as mulheres. Essa forma de organização, baseada na sobrecarga da jornada de trabalho das mulheres, é fundamental para a acumulação do capital, uma vez que faz baixar os custos da reprodução social (Vicente; Lole; Almeida, 2024, p. 194).

Tendo isso em vista, é pertinente indicar mais uma vez como ocupar essa função é um fator limitante para a mulher, sabendo que o tempo para se dedicar aos estudos, ao trabalho formal e até ao cuidado pessoal precisa ser conciliado com o tempo utilizado para desempenhar as funções domésticas. E que, ainda assim, esse tempo varia de acordo com a carga do cuidado, ou seja, o tempo destinado a esse cuidado muda diante do contexto em que a mulher está inserida. Isto é, se ele é “somente” com a casa, se é um cuidado também com crianças, com idosos, com pessoas com deficiência ou até mesmo com pessoas que no momento estão doentes ou com alguma condição limitante – sabendo que muitas vezes alguns desses cenários se somam.

Considerando que cada um desses fatores requerem um tipo de atenção e cuidado diferente, o tempo demandado para que sejam feitos também é variável, uma vez que necessitam de mais ou menos tarefas para que sejam realizados. Atentando-se ao fato inclusive de que “as mulheres, com seu trabalho invisível, garantem que outros familiares possam trabalhar enquanto elas cuidam dos familiares doentes, idosos ou deficientes” (Renk; Buziquia; Bordini, 2022, p. 421).

Então fica evidente o quanto as condições para que as mulheres se desenvolvam individualmente e sigam seus planejamentos de vida são absolutamente desiguais. Ao estar restrita em casa consumida pelas funções do cuidado é suprimida a capacidade produtiva da mulher<sup>13</sup> nas esferas pessoal, intelectual, profissional e política, uma vez que ela se encontra também apartada das relações sociais externas, porém tal produtividade não deixa de ser cobrada, de maneira explícita ou implícita.

Portanto, exaurir o tempo das mulheres determinando as funções domésticas como naturalmente femininas enquanto elas são também exploradas pelo mercado de trabalho é também um mecanismo para manter o funcionamento do sistema, afinal se não há tempo e energia para pensar sobre o ciclo em que está inserida, também não há como se movimentar para sair dele, mantendo assim tudo no seu “devido lugar”, e garantindo a reprodução dos papéis de gênero, tendo em vista que é mais fácil dominar um corpo cansado.

---

<sup>13</sup> “Tarefas domésticas e de cuidado são principal impedimento para mulheres jovens estudarem e trabalharem fora de casa”. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/tarefas-domesticas-e-de-cuidado-sao-principal-impedimento-para-mulheres-jovens-estudarem-e-trabalharem-fora-de-casa/> Acesso em: 01 de maio de 2025.

No entanto, o cuidado não é uma função finita, ele é um trabalho integral que precisa ser feito constantemente e por isso, exaustivo. O tempo tomado por todas as demandas diárias e o desdobramento entre diversas funções internas e externas gera consequências em razão da carga física e mental necessárias para dar conta de todas elas. Se ver inserida num fluxo de atividades que nunca se conclui e se repete diariamente, até mais de uma vez ao dia, pode levar ao esgotamento mental da mulher, pois sendo assim, “onde ficaria contabilizado o tempo pessoal? Quando ocupar-se de si? Das horas de sono, de ócio? Quando ocupar-se de sua estética pessoal, do lazer, da sexualidade, dos estudos, por exemplo?” (Molinier *apud* Bandeira; Preturlan, 2016, p. 50). Atividades particulares que nem sempre são concluídas com satisfação e interferem diretamente em como a mulher se sente em seu cotidiano sobrecarregado, afetando também sua subjetividade, já que por estar no papel de cuidadora secundariza as próprias necessidades e desejos, o que abre espaço para que se entenda como alguém relegado ou apenas destinado a suprir as necessidades do outro.

### **3.2 Os impactos da assimetria de gênero em termos de saúde**

Para além da evidente sobrecarga de funções que se justifica pelas incontáveis minúcias concretas que compõem o trabalho do cuidado, a carga emocional vinculada ao ato de cuidar faz com que o peso de sustentar esse cotidiano tome uma dimensão ainda maior, comprometendo diretamente a qualidade de vida da mulher. Isso porque o trabalho do cuidado não é formado somente pelo seu caráter material, visto que necessita de um grande dispêndio emocional, por ser “um trabalho que envolve afeto e intimidade, proximidade física e emocional” (Alves, 2018, p. 277). Dessa forma, há também o suporte emocional dado pela mulher aos demais componentes da família. Assim, os papéis estipulados dentro da família nuclear patriarcal – instituição fundamental para a perpetuação do trabalho do cuidado e dos papéis de gênero, como apontado no primeiro capítulo –, também colocam a mulher neste lugar de pilar emocional para seu marido e seus filhos, no entanto, sem receber esse mesmo suporte de volta. Então,

A partir desta perspectiva, o cuidado pode ser entendido como um afeto a mais, um “plus afetivo” que as mulheres dedicam aos homens, às crianças e aos idosos e/ou com alguma dificuldade para desenvolver sua vida cotidiana, que representa um enorme gasto de energia feminina, denominado por uma autora como mais-valia emocional (Hochschild, *apud* Bengoa, 2018, p. 47).

Contudo, sabemos que o cuidado não está restrito apenas ao marido e aos filhos, ele abrange também a família de origem, sendo destinado da mesma maneira aos pais, irmãos, tios,

avós, e até a comunidade ao redor – até mesmo porque o dever do cuidado com a casa e os familiares já se faz presente na vida da mulher bem antes que ela case ou tenha filhos.

Além disso, a chamada “geração sanduíche”<sup>14</sup>, onde a mulher desempenha o papel de cuidar de seus filhos e seus pais ao mesmo tempo, apresenta um novo cenário para os dias de hoje, já que, por conta do aumento da expectativa de vida no país, as famílias tendem a contar com mais gerações do que em tempos passados. E tendo a responsabilidade pelo cuidado centralizado em uma única mulher, os demais familiares, em especial homens, comumente exercem a função de apenas auxiliar “de forma mais secundária, como transportar, levar ao médico, ao hospital, buscar remédios ou permanecer com o familiar por breves momentos” (Renk; Buziquia; Bordini, 2022, p. 420).

Tendo isso em mente, vale ressaltar o fato de que até mesmo nos momentos em que essas mulheres adoecem, majoritariamente são outras mulheres ao redor que assumem o posto de cuidarem delas<sup>15</sup>. Isto posto, cabe trazer o adendo de que, durante a pandemia de COVID-19, o trabalho doméstico se intensificou gerando ainda mais carga para a mulher, por conta do isolamento social e, até mesmo aquelas que não cuidavam de alguém previamente, passaram a cuidar<sup>16</sup>.

Silvia Federici (2021, p. 18) diz que “grande parte do trabalho necessário é de natureza tão emocional e interacional que impede a mecanização”, e por essa razão tem por consequência a extração da energia emocional da mulher, já que grande parte precisa ser direcionada para o cuidado. O que facilita o adoecimento emocional de quem desempenha a função de cuidadora, visto que “elas estão expostas a altos riscos de estresse e depressão, pois exercem o cuidado com significação emocional e de obrigação” (Renk; Buziquia; Bordini, 2022, p. 421), especialmente para aquelas que ocupam duplamente essa função, tanto em suas casas quanto no formato de um serviço sendo prestado. É possível sentir o resultado desse alto volume emocional e do adoecimento psíquico na própria execução do cuidar, Federici fala sobre como as mães podem se tornar “amargas” no processo de criação dos filhos, por ser um processo

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/11/09/geracao-sanduiche-antropologa-diz-que-mulheres-estao-esmagadas-por-cuidados-com-pais-filhos-e-netos.ghtml> Acesso em: 19 de abril de 2025.

E em: <https://www.correiobraziliense.com.br/revista-do-correio/2023/11/5139348-a-importancia-da-geracao-sanduiche-quem-cuida-de-quem-cuida.html> Acesso em: 19 de abril de 2025.

<sup>15</sup> Matéria do portal Drauzio Varella fala sobre o abandono das mulheres por parte de seus maridos ao iniciarem o tratamento de câncer. Entretanto, cita também que este afastamento se apresenta durante demais tratamentos de saúde, enquanto o contrário não costuma acontecer, o que é perceptível na sala de espera dos hospitais, segundo os profissionais de saúde. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/saude-mental/abandono-afetivo-durante-o-cancer-por-que-isso-e-tao-comum/> Acesso em: 08 de maio de 2025.

<sup>16</sup> Pesquisa aponta aumento do trabalho doméstico durante a pandemia de COVID-19, assim como do cuidado com familiares que antes não necessitavam de ajuda ou acompanhamento. Disponível em: <https://mulheresn pandemia.sof.org.br/> Acesso em: 01 de maio de 2025.

altamente cansativo, limitante, desigual e sem qualquer visibilidade e valorização, da seguinte forma

Pois quando o Estado não paga um salário, são elas que precisam pagar com a vida. [...] Entretanto, nos parece que se, em vez de confiar no amor e no cuidado, nossas mães tivessem recebido uma remuneração financeira, elas teriam sido bem menos amargas, menos dependentes, menos chantageadas e menos chantagistas com suas crianças, que eram constantemente recordadas dos sacrifícios maternos feitos em nome delas. Nossas mães teriam tido mais tempo e força para lutar contra o trabalho que realizavam e nos teriam deixado em um estágio mais avançado dessa luta (Federici, 2021, p. 36).

A fabricação da ideia de que o cuidar é de natureza feminina naturaliza a sobrecarga mental pela qual passam as mulheres, uma vez que se torna comum e até despercebida a exaustão feminina. Ver as mães, tias e avós exaustas por terem trabalhado durante todo o dia na cozinha da casa ou ainda chegando de uma jornada de trabalho e fazendo as tarefas domésticas mesmo estando cansadas é um cenário comum na realidade brasileira. Cenário este que aprendemos a não questionar, dado que está consolidado no entendimento social que este é o curso natural das coisas, e que inclusive as meninas da casa serão ensinadas a reproduzir futuramente, uma vez que “a responsabilidade do cuidado aos familiares recai sobre as mulheres como uma imposição social e elas o naturalizam como parte de suas obrigações morais junto à família” (Renk; Buziquia; Bordini, 2022, p. 421).

Por terem sua socialização feita através da passividade e da cobrança para serem doces e disponíveis (Saffioti, 2019), o cuidar se torna um dever moral, uma obrigação a ser cumprida. O termo “ética do cuidado” (Renk; Buziquia; Bordini, 2022) expressa em seu significado a importância moral que o dever do cuidado toma na vida das mulheres, e em razão disso, o cuidar se torna “um elemento central de sua identidade”, por possuir uma “significação emocional” e representar “a concretização de suas responsabilidades”.

Dito isso, tais “constructos dos papéis sociais perpetuam o sofrimento moral das mulheres” (Renk; Buziquia; Bordini, 2022, p. 418), uma vez que é por conta deles que há o surgimento de inúmeros sentimentos ocasionados pela pressão de cumprir com o dever de cuidar, que são cada vez mais internalizados em virtude do peso de ser a principal pessoa responsável por outras. Atrelado a isso, ainda é necessário sustentar um comportamento gentil e agradável, performando integralmente o que compõe o conceito da feminilidade.

Assim, a moral feminina é ‘moldada’ através de uma disciplina incessante que é introjetada, inculcada, naturalizada e representa a incorporação da dominação masculina e também uma forma de violência simbólica. As diferenças impostas estão incorporadas nos corpos, funcionando como esquemas de percepção, pensamento e ação. Assim, o cuidado dos membros da família, na maioria das vezes, recai sobre as

mulheres, enquanto imposição social, cultural e de poder legitimado (Renk; Buziquia; Bordini, 2022, p. 417).

Ou seja, ao serem colocadas compulsoriamente como as responsáveis por essas funções, dado que são treinadas desde crianças para desempenharem esse papel, as mulheres “internalizam a ética do cuidado como uma condição de execução do seu papel social de mãe, esposa ou filha” (Renk; Buziquia; Bordini, 2022, p. 421), de modo que seu valor passa a estar diretamente ligado a isso. Por essa razão, se veem obrigadas a desempenhar com maestria a função incumbida a elas, muitas vezes sem opção de escolha, apenas pela crença de que esse é o curso natural da vida. A culpa, a autocobrança, o cansaço, o estresse, e o aparecimento de dores físicas são alguns sintomas físicos e emocionais que passam a fazer parte do cotidiano de quem é responsável por desempenhar o trabalho do cuidado (Montenegro, 2018).

A identidade dessa mulher também sofre mudanças, como mencionado acima, passando ela a ter como característica principal de sua personalidade e modo de vida o fato de ser uma cuidadora, tendo um afastamento da sua individualidade, num movimento de inserção cada vez mais profunda no automatismo do cotidiano saturado, isso porque “a atividade de cuidar requer tempo, dedicação, às vezes quase exclusiva, demandando de quem está à frente dessa tarefa a priorização daquele que está mais dependente de cuidados” (Montenegro, 2018, p. 13).

Para além dos sintomas físicos como dores generalizadas e enxaqueca (Montenegro, 2018, p. 12), sintomas emocionais também são reconhecidos por quem cuida, já que contextos diversos provocam diferentes maneiras de sentir, então “as expressões dos sentimentos do cuidar se manifestam de várias formas, como: obrigação, resignação, abandono, solidão, impotência, amor filial e amor marital” (Renk; Buziquia; Bordini, 2022, p. 421). Segundo Montenegro (2018, p. 13), ainda “no aspecto emocional ou mental foram citados doenças, sintomas ou sentimentos: tristeza, ansiedade, depressão, insônia, angústia, estresse, medos, ou de forma geral, ‘problemas emocionais’”. Mulheres também apresentam maior incidência de Síndrome de *Burnout* do que homens<sup>17</sup>, por conta da alta demanda de tarefas no dia a dia. Por ser um trabalho muitas vezes solitário e doloroso, a sobrecarga desse cotidiano faz com que a mulher seja ainda mais restringida de suas relações sociais, até mesmo das relações familiares, sentindo que a família a “abandonou” (Renk; Buziquia; Bordini, 2022, p. 420).

Sobre relações extrafamiliares há relatos variados, porém semelhantes em seus sentidos, como por exemplo, “sem interação social; sentimento de culpa quando sai de casa; sem relações de amizades; sem vaidades; sem liberdade para fazer o que gostaria; e postura de conformismo com a situação” (Montenegro, 2018, p. 14). Confirmando objetivamente que “a imposição da

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.ufrgs.br/das/sindrome-de-burnout-e-a-saude-da-mulher/> Acesso em: 08 de maio de 2025.

rotina do cuidado acaba por gerar isolamento social, cansaço físico e mental, privação das necessidades humanas básicas e ameaçam a saúde do cuidador” (Renk; Buziquia; Bordini, 2022, p. 420), comprometendo a qualidade de vida da mulher que desempenha o cuidado.

Por conta dessa obrigação moral, sua qualidade de vida não é prejudicada apenas no sentido da saúde física e mental, mas também são cessadas suas ambições profissionais, acadêmicas e até religiosas muitas vezes, por conta da “interrupção de algumas atividades pelo fato de se tornarem cuidadoras”, sendo elas “parar de trabalhar; parar de estudar; não sair de casa; não ter atividades de lazer; não viajar; não participar de cultos religiosos; e privações de modo geral” (Montenegro, 2018, p. 14).

O tempo consumido realizando tantas tarefas faz com que outras atividades, consideradas menos importantes por serem pessoais, sejam negligenciadas. Em conjunto com a falta de tempo também existe o cansaço, afinal dificilmente resta energia para conciliar estudos, trabalho e cuidado. Assim, notamos como a “divisão sexual do trabalho influencia também, diretamente, no acesso e nas oportunidades de ascensão profissional. Transforma-se em barreiras diárias que as mulheres enfrentam dentro e fora de casa. Sobretudo, para se desenvolverem no competitivo mundo do trabalho” (Fontoura, Araujo, 2016, p. 11). Dessa forma, tanto a entrada da mulher no mercado de trabalho quanto a manutenção da sua permanência ficam comprometidas. Podemos ter esse panorama porque

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (OIT e PNUD, 2009, p. 15-16), a sobrecarga de trabalho não remunerado tem diversas consequências para as mulheres: dificulta a sua entrada no mercado de trabalho e restringe suas oportunidades profissionais em ocupações consideradas “masculinas”, de modo que as mulheres têm rendimentos menores, devido à discriminação salarial e menor valorização das ocupações nas quais se concentram, o que as confina a uma maior participação na informalidade e em empregos sem proteção social (Barajas, 2016, p. 22).

Isto posto, sair do papel de cuidadora – da função de esposa, mãe, filha, neta, apoio para familiares e vizinhos – preservando sua individualidade, mesmo que por pouco tempo, pode ser um movimento desconfortável para a mulher, motivando a sensação de não estar correspondendo adequadamente à função que lhe cabe, portanto, de modo que seu valor moral é diminuído.

Assim sendo, compreende-se que, por um lado, não resta tempo para que as mulheres cuidadoras se desenvolvam individualmente, entretanto, ainda que consigam fazer isso, a culpa está presente paralelamente, devido à crença de estarem falhando em seus postos de origem. Compreendendo que há também o sentimento percebido coletivamente de aceitação e conformidade de que junto com os vínculos familiares e afetivos vêm atribuídos trabalhos e responsabilidades inerentes a eles. Dado que “as esposas manifestam obrigações e

responsabilidades atribuídas pelo casamento, enquanto as filhas demonstram resignação, revolta, impotência e obrigação moral em cuidar dos pais” (Renk; Buziquia; Bordini, 2022, p. 421), e estando satisfeitas ou não, por fim só cabe a elas cumprir com as funções de seus cargos. Pois, ainda que consigam relatar todos os malefícios que surgem com trabalho do cuidado por conta dos esforços físicos e do desgaste emocional, as mulheres ouvidas por Montenegro (2018, p. 14) deixam evidente que não é uma “queixa”, apenas uma “constatação”.

Há a construção desta “imagem da mulher como aquela que ‘suporta o peso do mundo em suas costas’ dá, com frequência, azo a toda sorte de clichês que incitam a uma falsa supervalorização da mulher, que agora pode aparecer como ‘forte’, ‘pau para toda obra’” (Menegatti, 2019, p. 62). No entanto, estruturalmente é benéfico produzir e disseminar a falácia da exaltação moral da mulher que cumpre com tantas tarefas diariamente, atribuindo a ela uma espécie de superpoder por dar conta de duplas ou triplas jornadas esgotantes, sendo ela qualificada como “inclusive uma espécie de tábua de salvação para os tempos em que a crise socioeconômica se faz sentir” (Menegatti, 2019, p. 62). Isso porque traz para a figura da mulher esgotada um falso prestígio moral e social ao passo em que nem o trabalho doméstico, tampouco a mulher, são retirados do posto histórico ao qual foram relegados.

A domesticação da mulher, que é possível compreender com a teoria da dissociação-valor, onde esta passa pelo movimento de ficar cada vez mais restrita ao lar – por este ser o oposto do dever de expansão social dos homens –, gera concepções que “acarretam a ideia de que a mulher precisa enfeitar a si mesma e ao lar para promover um ambiente onde o homem possa se refugiar das já massacrantes exigências da esfera pública” (Menegatti, 2017, p. 124).

Ocupar o papel de prover o bem-estar da casa e da família enquanto abdica do próprio minimiza a figura da mulher a um mero objeto provedor de satisfação de outrem, afetando diretamente sua subjetividade, e afastando cada vez mais ela de ser também um sujeito passível de cuidado, já que ocupa a outra ponta da relação, “com isto também a situação psíquica das mulheres se modifica, como se verá, mas sem que a forma da dissociação-valor tenha sido superada” (Scholz *apud* Menegatti, 2019, p. 62).

Se compreender como alguém destinado a satisfazer as necessidades do outro afeta a subjetividade da mulher de modo que ela se entenda e seja vista como alguém secundarizado e com necessidades menores ou dispensáveis, tanto para o autocuidado como para receber também a atenção do outro. Isso porque é internalizado que “a dedicação ao cuidado do familiar implica em colocar a vida do outro em primeiro lugar, declinando de seu tempo de lazer e de sua vida pessoal” (Renk; Buziquia; Bordini, 2022, p. 420). Mas, sobretudo, renunciam a si mesmas, pois aprendem que isso é expressar o amor pelos seus familiares. E fazer o contrário, ou seja, deixar de lado as necessidades da família para que priorizem sua saúde, seu lazer e seus

objetivos pessoais, representa um ato extremo de egoísmo. Tendo em vista que “o imperativo moral para as mulheres caracteriza-se na obrigação e na ética do cuidado” (Renk; Buziquia; Bordini, 2022, p. 417), e essa medida tem sido eficaz enquanto um instrumento limitador e manipulador feminino.

Entretanto, se o cansaço extremo decorrente da junção de diversas jornadas e a abdicação de necessidades próprias em prol do trabalho doméstico forem compreendidos como uma prova de dedicação da mulher à sua família e não como um problema, ele jamais será tratado como o que de fato é, um produto da exploração capitalista, essencial à acumulação de valor. Atrelar amor à sobrecarga feminina tratando essa questão como individual e não como um problema de caráter coletivo que aflige, aprisiona e adoce mulheres é uma ferramenta falaciosa e potente criada pela “dimensão histórica que o patriarcalismo, adensado ao capitalismo, encontrou ao propagar a concepção do amor romântico e incondicional junto ao termo do cuidado, na forma de uma devoção praticada pelas mulheres no que rege ao cuidado familiar” (Vicente; Lole; Almeida, 2024, p. 203).

Portanto, sabendo que “a casa e a família são espaços na sociedade capitalista em que as mulheres podem servir às necessidades do outro por amor, cuidado, medo e dominação” (Renk; Buziquia; Bordini, 2022, p. 420), é conveniente usar dessas armas adocedoras de condução social para que não só esta ramificação da organização social continue sendo perpetuada, mas também todas as outras. Visto que, se não contassem com a invisibilidade da economia do cuidado e acima de tudo com a naturalização da sobrecarga e adoecimento feminino, não haveria base para que esse sistema explorador se desenvolvesse e continuasse de pé, pois sabe-se que “diante dessa combinação, o capital ainda usufrui de milhares e milhares de horas de trabalho não pago, invisibilizado, desvalorizado e sistematicamente ainda realizado pelas mulheres no interior dos seus lares” (Vicente; Lole; Almeida, 2024, p. 203).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o objetivo de apontar como o trabalho do cuidado desempenhado por mulheres é o que sustenta o sistema capitalista, chegamos à conclusão de que é primordial que esta problemática não seja lida como intrínseca ao gênero feminino, mas que seja analisada a partir de sua configuração histórica, sistemática e intencional, como o molde forjado para ser reproduzido por homens e mulheres.

Por isso, com base na pesquisa bibliográfica e documental realizada, consideramos que a reprodução dos papéis de gênero, onde o trabalho do cuidado na família recai majoritariamente sobre a mulher, não pode ser tratada como algo de caráter individual, como uma responsabilidade única dos cidadãos, uma vez que se entende que as pessoas apenas reproduzem o que é dado como o normal a ser feito, de acordo com o que é visto em sociedade e passado para os indivíduos através das instituições de referência de maior relevância – como a família, a igreja e até mesmo a escola – e da própria cultura. Então, compreende-se que abordar o problema sem considerar sua dimensão social, histórica, e até mesmo sua relevância econômica para o capital, reforça o silenciamento dos impactos sociais e subjetivos provenientes dele e, conseqüentemente, a continuidade da divisão sexual de tarefas.

Sendo assim, conclui-se que disseminar a falácia do trabalho do cuidado como uma característica instintiva da mulher é um instrumento necessário, intrínseco a esse sistema capitalista, patriarcal e de origem racista para se beneficiar do trabalho não pago de mulheres, colocando-o como um atributo natural feminino enquanto ele é um fato social produzido. Mantendo desta forma a reprodução social de comportamentos normativos e conservadores que foram moldados ao longo de uma história calcada por violências de gênero, classe e raça, que está presente em todos os âmbitos da vida ainda hoje.

Assim, é possível chegar à conclusão de que manter a invisibilidade do trabalho feminino realizado dentro de casa é favorável ao sistema operante, uma vez que reconhecer os ganhos provenientes dele, principalmente na esfera econômica, abriria espaço para a possibilidade de mudanças de ordem social, como um avanço na equidade de funções entre homens e mulheres, a busca pela remuneração dessas trabalhadoras assalariadas, a garantia e melhoria de direitos para cuidadoras e para quem necessita do cuidado, e uma maior responsabilidade do Estado no cuidado dos cidadãos.

A partir das teorias utilizadas na pesquisa é possível compreender que esse sistema se efetiva por meio da dominação do corpo, do espaço e do tempo da mulher. Ou seja, concluímos que consumir o tempo feminino por meio da necessidade de conciliação de múltiplas tarefas diárias faz com que o espaço de vida da mulher orbite cada vez mais ao redor do espaço privado,

percebendo assim como se forma o ciclo da domesticação feminina. O que se conecta ao fato da figura da mulher ser colocada às margens da esfera da produção, sendo ela lida como algo complementar ao homem – dado como figura central – tanto no espaço social quanto no profissional. Desconsiderando, assim, como todo o processo de produção se inicia na mulher, dado que a renovação da energia vital necessária para o trabalho só acontece através do trabalho do cuidado, seja no sentido da restauração diária das necessidades básicas do ser, seja no sentido da renovação geracional com a produção de novos seres que serão potenciais trabalhadores; e, sobretudo, quando este é entendido como o outro dissociado, porém fundamental ao valor.

Junto a isso, também se faz pertinente levantar o questionamento sobre o quanto é possível que a mulher tenha escolha perante aquilo que ela foi induzida ao longo de toda vida, e que muitas vezes se apresenta como a única alternativa a ser seguida. Então, como saber diferenciar um desejo genuíno da compulsividade de ideais enraizados em nós desde sempre? Isso porque a partir das pesquisas consideramos que é possível que o homem tenha autonomia ao longo da vida, dado que sua independência depende do trabalho feminino, visto que a mulher precisa dispor de mais energia para que consiga realizar seus projetos acadêmicos e profissionais ou até mesmo seus momentos de lazer e cuidados com a saúde, isso inserida em um contexto de limitação de tempo e baixa qualidade de vida decorrente da sobrecarga do cuidado. Portanto, como escolher não fazer parte de um funcionamento social que abrange o todo? Há realmente como fugir do posto de cuidadora para concluir seus objetivos mesmo sendo educada durante toda vida para desempenhá-lo? Como escolher cuidar ou não de um familiar se essa função recai natural e unicamente sobre ela dentre os demais membros da família? Como escolher não ser eleita para um cargo que lhe é imposto?

Isto posto, o intuito deste trabalho é também levantar um questionamento sobre aquilo dado como natural, afinal a crítica não é aos indivíduos que desempenham o trabalho do cuidado, mas sim ao sistema que o estrutura.

Por isso, se faz necessário questionar como são postas as determinações sociais enraizadas nos indivíduos, visto que são elas que mantêm as desproporcionalidades presentes na divisão sexual de tarefas e reforçam esse modo de vida que leva ao esgotamento e menosprezo feminino. Para isso, é preciso levantar o questionamento sobre o que é tido como o normal dentro daquilo que se espera da performance dos papéis de gênero, questionando os marcadores que compõem os conceitos de feminilidade e masculinidade. Bem como a servidão enquanto um atributo a ser desempenhado pela mulher como uma expressão feminina, a forma como se constrói a ideia de que a figura masculina necessita de cuidado – uma vez que o homem é considerado pelo senso comum como alguém que não é capaz de prover suas próprias necessidades básicas, necessitando da mulher para isso –, e além disso o significado do

casamento heteronormativo para a estrutura social e econômica, tendo em vista os valores e comportamentos em que ele é pautado.

Para isso, é preciso que estejamos atentas dia a dia aos moldes sociais e comportamentais compulsórios que nos conduzem para a reprodução de padrões normativos necessários para o desenvolvimento do sistema capitalista. Nos atentando crítica e ativamente para a crescente disseminação do neoconservadorismo cada vez mais presente nas esferas políticas e sociais, que consegue se ramificar e injetar ideias e comportamentos de maneiras cada vez mais sutis e que tem ampliado ainda mais seu alcance com o auxílio da internet, como podemos notar nos últimos anos.

Assim, é necessário que se perceba as intenções silenciosas por trás de um conjunto de comportamentos aparentemente inofensivos, uma vez que são mascarados de ideias “inovadoras” – dando destaque para a capacidade de atrair cada vez mais jovens com essa estratégia –, mas que em sua essência são apenas mais uma ramificação sistêmica composta por estímulos que reforçam uma configuração social normativa adoecedora, porém benéfica e essencial para a perpetuação da estrutura social vigente e da produção de valor.

Cabe apontar também como a narrativa tem poder de impactar a compreensão social acerca do tema. Ao buscar notícias sobre o trabalho do cuidado, foram encontradas diversas matérias induzindo a um viés de conformidade ao tratar da sobrecarga feminina decorrente do trabalho doméstico. Veicular notícias que individualizam a questão sem trazer qualquer perspectiva crítica ao debate e que incentivam que mulheres façam mais esforço para se adaptarem a este sistema adoecedor sem que elas sintam incômodo, utilizando até mesmo do incentivo à psicoterapia como uma ferramenta para elas busquem a adaptação a este modo de vida, é promover adestração em oposição a emancipação ao atuar a favor do sistema que já provoca o adoecimento e culpabilização feminina.

Por isso a importância do olhar crítico sobre o que é tratado como o normal, indagando tais narrativas que reafirmam a mulher como a única responsável pelo cuidado e colocam maridos e pais como rede de apoio no cuidado dos próprios filhos, desconsiderando que um pai é tão responsável por seus filhos quanto uma mãe. Dessa forma, percebemos como o modo de abordar o assunto é capaz de moldar ou acentuar o entendimento coletivo do tema, podendo intensificar a naturalização de padrões sociais de gênero que promovem o modelo de “boa mulher” a ser atingido.

Partindo ainda do ponto de vista de uma universitária e estando num contexto de reforma curricular, é importante pensar o quanto o cuidado é debatido de forma breve e pontual ao longo do curso, havendo uma lacuna na discussão do assunto durante a formação dos estudantes. A abordagem do trabalho do cuidado na sala de aula se faz relevante por este ser um que tema

relaciona gênero, raça e classe, e que deriva do processo de constituição política, econômica e social do país, cabendo pensar a importância do seu debate no âmbito do Serviço Social e em demais áreas de estudo da universidade. Uma vez que estudantes ali presentes também são afetadas por esse trabalho e muitas vezes têm seu desempenho atravessado pelas responsabilidades domésticas e com o cuidado.

Por fim, relacionar o debate ao Serviço Social, enquanto uma profissão de caráter crítico com o intuito de analisar e questionar como se dão as relações sociais, que tem como princípios fundamentais prezar e promover a liberdade e a equidade, indo contra toda forma de opressão, corrobora a importância de se atentar constantemente a como se dá a colocação da mulher nos espaços sociais e profissionais, entendendo os impactos limitantes e opressores que o trabalho do cuidado exerce sobre elas. Compreendendo assim o quanto a divisão sexual de tarefas e a hierarquia de gênero são fatores determinantes para o adoecimento e sofrimento psíquico, físico e emocional feminino, que levam a condições desiguais de sobrevivência, sendo estas consequências intrínsecas desse modo de vida que impõe cargas desiguais de trabalho que recaem sobre cada pessoa conforme seu gênero, raça e classe. Entendendo o quanto a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento político, profissional e social das mulheres são afetados diretamente pelo modo como sua socialização é feita, tendo sua identidade, subjetividade, comportamento e condições de vida e sobrevivência determinados por moldes pautados na submissão.

Sendo esta uma profissão majoritariamente feminina com um histórico de profissionais que experimentam a exaustão cotidianamente enquanto mulheres e enquanto profissionais consumidas pela estruturação capitalista patriarcal e racista que se manifesta expansivamente em ambos os âmbitos, a busca por uma ordem societária sem dominação de gênero, classe e raça se faz urgente para a saúde, qualidade de vida e condições de trabalho das assistentes sociais e das demais trabalhadoras – incluindo as trabalhadoras domésticas sem remuneração, que precisam ter seu trabalho devidamente reconhecido e recompensado, tendo em mente sua importância social e econômica.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Caso Sônia é desastroso para combater trabalho escravo, alerta auditor.** Agência Brasil, 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-05/caso-sonia-e-desastroso-para-combater-trabalho-escravo-alerta-auditor>> Acesso em: 22 fev. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Mulher é resgatada após 40 anos de trabalho análogo à escravidão.** Agência Brasil, 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-08/mulher-e-resgatada-apos-40-anos-de-trabalho-analogo-escravidao>> Acesso em: 22 fev. 2025.

AGÊNCIA GOV. **Mulheres são responsáveis por chefiar quase a metade dos lares brasileiros.** Agência Gov, 2024. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/censo-2022-em-12-anos-proporcao-de-mulheres-responsaveis-por-domicilios-avanca-e-se-equipara-a-de-homens>> Acesso em: 19 mar. 2025.

AGÊNCIA GOV. **Trabalhadoras domésticas: categoria vulnerável a violações de direitos humanos.** Agência Gov, 2024. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/perfil-de-trabalhadoras-domesticas-expoe-vulnerabilidade-social-da-categoria-a-violacoes-de-direitos-humanos>> Acesso em: 13 out. 2024.

ALVES, Andrea Moraes. Pensar o gênero: diálogos com o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 132, p. 268–286, 2018.

AQUINO, E. M. L.; MENEZES, G. M. S.; MARINHO, L. F. B. Mulher, Saúde e Trabalho no Brasil: Desafios para um Novo Agir. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, abr./jun., 1995.

ARPEN-SP. **Mais de 91 mil crianças foram registradas sem o nome do pai em 2024.** Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo, 2024. Disponível em: <<https://www.arpensp.org.br/noticia/mais-de-91-mil-criancas-foram-registradas-sem-o-nome-do-pai-em-2024>> Acesso em: 24 mar. 2025.

BANDEIRA, L. M.; PRETURLAN, R. B. AS PESQUISAS SOBRE USO DO TEMPO E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL. In: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. (Orgs.). **Uso do Tempo e Gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. p. 43 - 59.

BARAJAS, M. P. L. AVANÇOS NA AMÉRICA LATINA NA MEDIÇÃO E VALORAÇÃO DO TRABALHO NÃO REMUNERADO REALIZADO PELAS MULHERES. In: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C.. (Orgs.). **Uso do Tempo e Gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. p. 21 - 42.

BENGOA, Cristina Carrasco. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 31–68, 2018. DOI: 10.20396/tematicas.v26i52.11703.

CORREIO BRAZILIENSE. **A importância da geração sanduíche: quem cuida de quem cuida?** Correio Braziliense, 2023. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/revista-do-correio/2023/11/5139348-a-importancia-da-geracao-sanduiche-quem-cuida-de-quem-cuida.html>> Acesso em: 19 abr. 2025.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. 1 ed., v. 1, São Paulo: Boitempo, 2021.

FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. (orgs.). **Uso do Tempo e Gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

G1 ECONOMIA. **Entenda o que é a “geração sanduíche” e por que as mulheres são mais afetadas.** G1, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/11/09/geracao-sanduiche-antropologa-diz-que-mulheres-estao-esmagadas-por-cuidados-com-pais-filhos-e-netos.ghtml>> Acesso em: 19 abr. 2025.

G1 RIO. **Idosa de 90 anos é resgatada de condições análogas à escravidão em casa na Zona Norte do Rio.** G1, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/09/05/idosa-de-90-anos-e-resgatada-de-condicoes-analogas-a-escravidao-em-casa-na-zona-norte-do-rio.ghtml>> Acesso em: 22 fev. 2025.

GÊNERO E NÚMERO. **Tarefas domésticas e de cuidado são principal impedimento para mulheres jovens estudarem e trabalharem fora de casa.** Gênero e Número, 2018. Disponível em: <<https://www.generonumero.media/reportagens/tarefas-domesticas-e-de-cuidado-sao-principal-impedimento-para-mulheres-jovens-estudarem-e-trabalharem-fora-de-casa/>> Acesso em: 01 mai. 2025.

GUIMARÃES, N. A.; VIEIRA, P. P. F. As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 7–24, jan. 2020. DOI: 10.1590/s0103-4014.2020.3498.002.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 67-75.

MENEGATTI, J. C. L. **MULHER SEM VALOR: o pensamento de Roswitha Scholz para a crítica radical do capitalismo e das relações de gênero**. Guarulhos: UNIFESP, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso.

MENEGATTI, J. C. L. TEORIA DA DISSOCIAÇÃO-VALOR: ANÁLISE DA MERCADORIA E HIERARQUIA SEXUAL. **Caderno Cemarx**, nº 10, p. 113 - 130, São Paulo, 2017

MONTENEGRO, R. C. F. MULHERES E CUIDADO: RESPONSABILIZAÇÃO, SOBRECARGA E ADOECIMENTO. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 02 a 07 dez. 2018, Vitória.

MULHERES NA PANDEMIA. **Sem parar: O trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. Sempreviva Organização Feminista, 2020. Disponível em: <<https://mulheresnapandemia.sof.org.br/>> Acesso em: 01 mai. 2025.

MURAD, Larissa Costa. A INTEGRAÇÃO PERVERSA DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES: MULHERES NEGRAS, REPRESENTAÇÃO E RESISTÊNCIA. **Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, 10 a 14 dez. 2024. ISSN 2965-2499.

O TEMPO ECONOMIA. **Após verem filhos crescidos, mulheres realizam sonhos na maturidade.** O TEMPO ECONOMIA, 2024. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/economia/apos-verem-filhos-crescidos-mulheres-realizam-sonhos-na-maturidade-1.3281555>> Acesso em: 17 fev. 2025

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8.

PASSOS, Rachel Gouveia. Trabalho, cuidado e sociabilidade: contribuições marxianas para o debate contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 126, p. 281-301, mai. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.069>.

RENK, V. E.; BUZUIQUIA, S. P.; BORDINI, A. S. J. Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a internalização da ética do cuidado. **Caderno Saúde Coletiva**, v. 30, n. 3, p. 416-423, 2022. DOI: 10.1590/1414-462X202230030228

REVISTA PIAUÍ. **A história muito brasileira de Soninha.** Revista Piauí, 2024. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/a-historia-muito-brasileira-de-soninha/>> Acesso em: 05 mai. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência.** 2 ed., São Paulo, Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SARAIVA, Clara Gomide. Totalidade, reprodução social e divisão sexual-racial do trabalho no capitalismo dependente. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.32, n.1, p. 48-73, jan./jun. 2022. ISSN 1414-9184 eISSN 1984-669X.

SILVA, M. N. O.; COSTA, A. B. O papel da mulher na produção e reprodução do trabalho no capitalismo à luz de alguns conceitos. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 19, n. 33, p. 180-195, 2022. DOI: 10.22481/ccsa.v19i33.10474.

TV BOITEMPO. **SILVIA FEDERICI | Eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado.** Youtube, 6 de jul. 2020. 04min03seg. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bFSI4nEB6jI>> Acesso em: 08 de out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Síndrome de Burnout e a saúde da mulher.** Porto Alegre: Departamento de Atenção à Saúde – DAS. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/das/sindrome-de-burnout-e-a-saude-da-mulher/>> Acesso em: 08 mai. 2025.

VARELLA, Drauzio. **Abandono durante o câncer: por que é tão comum?** Portal Drauzio Varella, 2024. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/saude-mental/abandono-afetivo-durante-o-cancer-por-que-isso-e-tao-comum/>> Acesso em: 08 mai. 2025.

VICENTE, C. O.; LOLE, A.; ALMEIDA, C. C. L. Não é amor, é trabalho não pago: uma análise sobre mulheres no trabalho do cuidado na sociedade capitalista. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, PUC-Rio, Ano XXVII, nº 60, p. 183-206, set. a dez. 2024. DOI: 10.17771/PUCRio.OSQ.67601.